



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0496/12	DATA: 08/05/2012
INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 17h39min	DURAÇÃO: 02h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h47min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PATRICIA SABOYA – Deputada Estadual.
MARIA DO ROSÁRIO – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO: Debate acerca da exploração sexual de crianças e de adolescentes.
Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Declaro abertos os trabalhos da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Temos hoje dois pontos na pauta. Na nossa audiência pública teremos o prazer de ouvir — e agradeço antecipadamente à Deputada Patrícia Saboya e à Ministra Maria do Rosário — nossas duas convidadas. Em seguida, como segundo ponto da pauta, iremos aprovar os requerimentos que foram devidamente protocolados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, tendo em vista a distribuição de cópias da ata da quarta reunião a todos os membros desta Comissão, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - Dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Mauro Benevides.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que estão de acordo com a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata foi aprovada.

Recebemos várias correspondências que foram solicitadas por esta Comissão, atendendo aos pleitos, requerimentos dos membros da mesma.

Nós estamos remetendo aos gabinetes as respostas que têm chegado a esta Comissão, ou seja, relatórios de CPIs que aconteceram em vários locais deste País. Temos o procedimento de, ao chegarem as respostas dos requerimentos feitos por esta Comissão, encaminhar cópias para os demais Parlamentares.

Eu gostaria de justificar três ausências: do Deputado Ronaldo Fonseca, do PR do Distrito Federal, que, em verdade, deixou de integrar esta Comissão por comunicação do seu próprio Partido, o PR; da Deputada Teresa Surita, do PMDB de Roraima, que justifica a sua ausência na reunião realizada no dia 24 de abril. Justificou hoje a possível ausência o Deputado Pitiman, que já esteve aqui, mas que está na CPI Mista que analisa os fatos acerca da Operação Monte Carlo. Portanto, já justificando também a sua ausência.

Gostaria de começar nossa audiência pública e chamar para compor a Mesa a nossa Deputada Patrícia Saboya, que teve, para nossa alegria, a oportunidade de



presidir a CPI Mista da Exploração Sexual no Congresso Nacional (*palmas*); convidar também a Deputada e Ministra Maria do Rosário, que teve a possibilidade de ser Relatora da referida Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Palmas.*)

Nós estamos fazendo esta audiência pública a partir de um requerimento de iniciativa da Deputada Iracema Portella. Nós estamos, portanto, começando por onde já se tem um trabalho acumulado nesta Casa. (*Pausa.*)

Vamos fazer o seguinte procedimento. Vamos passar a palavra para a Ministra Maria do Rosário, por um período de até 20 minutos. Em seguida, vamos passar a palavra para a Deputada Patrícia Saboya, por igual período.

A Ministra Maria do Rosário terá que se retirar, porque nós estamos com uma discussão aqui acerca da PEC 438, do trabalho escravo.

Nós vamos abrir para as perguntas das Parlamentares e dos Parlamentares, e a Deputada Patrícia Saboya procederá às respostas.

Então, passo a palavra para a Ministra Maria do Rosário.

A SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO - Eu quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay e agradecer a toda a Comissão, a toda a CPI aqui reunida e dizer a vocês como é uma situação feliz para mim estar diante de todos, na Câmara dos Deputados, num momento de reencontro com a Senadora, Deputada, amiga, companheira de jornada, Patrícia Saboya.

Quero dizer que a situação que nós vivemos juntas e juntos na CPI sobre o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes está muito marcada na minha vida, muito marcada na minha memória, no meu compromisso de trabalho, de vida enfrentar essa violência. Eu tenho certeza de que Patrícia Saboya é uma irmã nessa caminhada, por tudo o que nós ouvimos das crianças brasileiras, sobretudo das meninas, mas também dos meninos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está conosco também a Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI.

Devolvo a palavra para a Ministra, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO - Eu venho a esta Comissão numa missão dupla, diante do trabalho desenvolvido, como Relatora da CPMI, iniciada em 2003 e concluída em 2004. Nós ficamos um ano e estivemos em cerca de 22 Estados brasileiros.



Quero de pronto, mesmo no início, dizer a vocês que a condição que tenho hoje, talvez a responsabilidade que tenho hoje de responder ao lado da Secretária Carmen Oliveira, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos, é justamente uma tarefa na qual eu tenho que de pronto me colocar à disposição para novos momentos onde vocês queiram, com o direito que têm como Parlamentares, cobrar ações, execuções por parte do Poder Executivo.

Então, ainda que eu faça um relato hoje daquele momento que vivenciamos e inicie, diante de vocês, alguns aspectos sobre a situação hoje, quero deixar — não poderia ser diferente, Presidenta — uma porta aberta para que a ação legislativa, a cobrança legítima legislativa, em nome da sociedade, possa se dar sobre o Poder Executivo, como parceiro de jornada, para a resolução dessas questões tão complexas, como a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2003, nós constituímos uma Comissão Parlamentar Mista: nós reunimos a Câmara e o Senado.

Entre os senhores que aqui se encontram, tenho muito presente na memória também o trabalho do Deputado Luiz Couto, que esteve praticamente em todos os Estados brasileiros em audiência direta com as crianças, com suas famílias e com movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos da criança. Manifesto também meu agradecimento. E muitas das questões que não estiverem presentes neste relato estão, certamente, mais vivas no trabalho e na memória do Deputado Luiz Couto.

Deputado Geraldo Resende, igualmente quero registrar o seu trabalho e a sua dedicação. Deputado Mauro Benevides, todas as vezes que contamos com o senhor também naquela legislatura. E a todos os demais colegas, entre eles: Ann Pontes, que atuou como Relatora substituta em muitas situações; Sandra Rosado, atualmente Parlamentar; Janete Capiberibe, com importante contribuição; Telma Oliveira; e também Laura Carneiro, que fizeram importante trabalho.

Espero, no decorrer do relato, que possivelmente lembre de outros colegas — a Patrícia poderá preencher a lacuna que deixo — e dos Senadores também atentos à nossa causa.



Em 2001, o Brasil colocou em prática, assim como vários países, no âmbito da OEA, uma pesquisa chamada PESTRAF — Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual. Essa pesquisa foi realizada com as universidades, com variados pesquisadores, entre eles a Coordenadora Técnica Maria Lúcia Leal; o trabalho de Neide Castanha foi muito importante naquele momento. A pesquisa indicou em torno de 245 — eu não trouxe isso anotado, posso falhar — rotas de tráfico de mulheres e crianças exploradas sexualmente dentro do Brasil e fora do País. E naquela pesquisa, em 2001, indicava-se que não havia legislação sobre tráfico. Em 2003, o quadro era um Código Penal da década de 1940, onde os crimes sexuais eram considerados crimes contra os costumes. A legislação não abordava o aspecto de quem pagava a exploração sexual, de quem utilizava o corpo das crianças como uma estratégia de mercado, fosse para lucrar vendendo o corpo das crianças, fosse no uso sexual do corpo das crianças.

Nós fizemos todo esse levantamento antes de iniciar nosso trabalho: as dificuldades da lei, a cultura jurídica, a impunidade. Fizemos um levantamento também da CPI — que é exatamente o que vocês fazem hoje quando nos convidam — que tinha ocorrido 10 anos antes, cujo Relator tinha sido o Deputado Moroni Torgan, do Ceará, e Presidenta uma Deputada do Mato Grosso chamada Marluce Pinto. Nós pegamos aquele relatório de 1993 e analisamos. Vimos que entre 1993 e 2003 não tínhamos avançado no plano da legislação. Traçamos um plano de trabalho — se bem me lembro, Senadora Patrícia — com três eixos: enfrentar o problema legislativo, estudar a legislação brasileira e a natureza de um trabalho Parlamentar nos valendo de uma condição importante, que é o fato de a CPI, quando faz proposta legislativa, tramitar de modo especial, com um rito diferenciado. Então, é importante quando sai projeto da CPI, que é projeto coletivo.

Os projetos com os quais trabalhamos, Senadora Patrícia, Deputado Couto, nenhum leva a nossa autoria. Eram projetos coletivos. Então, nós trabalhamos para legislar, trabalhamos estudando o Poder Judiciário, sentenças de juízes, para verificar onde estavam os limites dentro do Judiciário, por conta da impunidade, para incidir mais no Judiciário — então, dois eixos —, e trabalhamos com o Poder



Executivo, com a Secretária Carmen Oliveira, à época, para a formulação de políticas públicas.

Lembro-me que quando começamos existiam cerca de 300 unidades do Programa Sentinela no Brasil. Quando concluímos a CPI, um ano depois — nós tínhamos o chamado Programa Sentinela, que depois foi substituído pelo CREAS — , chegamos a 900 pontos de atendimento às crianças vítimas de exploração sexual no Brasil. Em um ano de funcionamento da CPI.

Nosso método de trabalho foi: fomos aos Estados, primeiro, com uma missão precursora; um Deputado ou equipe técnica ia antes, organizava sessões públicas dentro da lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente, preservando as crianças e os adolescentes, mas mobilizando toda aquela sociedade.

Então, eu posso dizer a vocês que nós aqui conhecemos o Brasil antes de noite do que de dia, porque nós varamos as noites em audiências públicas para escutar crianças, adolescentes, autoridades, pessoas que denunciaram violências, noites inteiras, nas Assembleias Legislativas, que foram as nossas parceiras prioritárias nesses 22 Estados da Federações os quais visitamos.

Relato a vocês, mesmo que brevemente, algumas situações: no Ceará, Senadora Patrícia, nos deparamos com o caso de um alemão que mantinha uma pousada, fazia propaganda da sua pousada para o mundo inteiro. E essa pousada era lugar de exploração sexual de crianças que ele buscava na praia, entre as crianças mais pobres, levando para dentro da pousada.

Eu tenho muito presente o Deputado Luiz Couto e a Deputada Laura Carneiro na entrevista que fizemos com essas meninas de forma reservada. Ali uma menina disse para a gente: *“Eu só queria tomar um banho. E lá dentro tinha chuveiro”*.

Na Paraíba, Deputada Luiz Couto, as crianças levadas para a região portuária, Cabedelo, eram obrigadas a trocar sexo por um pacote de bolacha recheada, um iogurte.

Vimos no Mato Grosso do Sul uma menina, entre muitas — eu tenho também muito presente à memória o seu depoimento, porque era depoimento ao lado da mãe, que trabalhava no ônibus o dia inteira e criava as filhas sozinha — , cuja mãe, um dia, chegou em casa e viu no banheiro que tinha um vidro de xampu diferente do que ela, a mãe, como trocadora de ônibus, podia comprar. E a mãe, então, foi atrás



por que tinha aquele vidro de xampu. E naquela desconfiança, naquela dor de mãe, descobriu, então, que a filha era abusada sexualmente e que o pagamento daquilo era o tal vidro do xampu.

Nós andamos por todo o Brasil. Descobrimos criança que tinha sido abusada por gente como nós, com mandato; juízes; advogados; não só peão, gente pobre. Não! Reforçou a noção que, para explorar, tem que ter algum poder sobre a criança: o poder físico, a pessoa é maior; o poder do dinheiro; o poder para determinadas meninas comprarem uma calça *jeans* que tem uma marca. Vimos, sim, mães, famílias exportando filhas para fora do País, como se fosse normal, para estrangeiro que vem passar um período de férias para levar de volta. Vimos, enfrentamos isso e denunciemos. Nós denunciemos mais de 200 pessoas, 250 pessoas participantes de redes criminosas.

Quando concluímos o nosso trabalho, apresentamos cinco projetos de lei, todos foram aprovados pela Câmara e pelo Senado, o que modificou o Código Penal, criando o tipo penal chamado estupro de vulnerável, acabando com a noção falsa do atentado violento ao pudor e criando o crime de estupro como algo que atinge meninos e meninas para proteger igualmente meninos e meninas.

Nós criamos, também, uma proteção específica na lei para crianças, adolescentes e para as pessoas com deficiência. Vimos muita situação de pessoas com deficiência.

No Rio Grande do Sul, tenho muito presente um depoimento de lá, de uma menina que, por empresários, era levada para determinadas festas e disputada entre aqueles, a partir de uma lógica perversa, porque ela tinha uma deficiência física. Então, era uma condição onde ela era desprezada, maltratada, ridicularizada, além de abusada sexualmente, por conta do seu corpo ser o corpo de uma pessoa com deficiência. E ela mostrava isso, diante de nós, como uma das dores a mais que ela levava, além da violência.

Então, nós fizemos as leis. Eu digo a vocês sinceramente: hoje nós temos as leis. O Parlamento fez a sua parte. Há mudanças possíveis? É possível que vocês encontrem certamente como melhorá-las. Mas é injustificável que o STJ tenha decidido pela impunidade daquele que explorava sexualmente três meninas de 11 anos, diante da legislação que nós temos. E ainda que me digam que o STJ julgou



com base na lei anterior a 2009, eu ainda considero injustificável. Porque a legislação anterior a 2009 dizia uma só coisa que nós mudamos sobre esse procedimento: que o juiz decidia.

O juiz, antes de 2009, decidia se era uma presunção de violência ou não, para crianças e adolescentes até 14 anos. Nós, na CPMI, tiramos isso. Nós colocamos que o juiz não pode mais decidir. Porque nós identificamos que os juízes olhavam para a menina pobre e julgavam de um jeito. E aí julgavam a menina. É o que aconteceu agora no STJ. E outros casos julgavam de outra forma, com um olhar de classe.

Eu não quero me estender, mas eu acho que a gente fez um trabalho. Eu faço um balanço hoje, minha amiga Patrícia Saboya, nós fizemos um trabalho legislativo.

Hoje, o Executivo mantém uma coisa que a gente começou lá, junto com o Poder Executivo, com o Ministro Nilmário Miranda e depois com o Ministro Paulo Vannuchi. Nós mapeamos as rodovias todas do Brasil. Em todos os próximos 18 de maio, Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, nós vamos oferecer ao Brasil um novo mapeamento das rodovias brasileiras.

Em 2010, Patrícia, passados 6 anos da nossa CPI, nós ainda identificamos 1.820 pontos vulneráveis, onde foram encontradas situações de exploração sexual. Esse mapeamento nós estamos fazendo de forma sistemática.

O grande desafio em política pública hoje é reunirmos as políticas públicas de forma integrada para atender as crianças e os adolescentes e, ao mesmo tempo, prevenir a violência.

Então, nós trabalhamos hoje com dois eixos: prevenção e atendimento. E um terceiro eixo, junto com o Ministério da Justiça, porque nós dependemos muito de vocês e do Poder Judiciário, é o enfrentamento à impunidade. Este nós estamos devendo para o Brasil. O crime continua impune. Continua impune no Brasil.

Em termos de política pública, gostaria, se desejarem, de numa outra oportunidade poder fazer um balanço, para não ocupar um tempo demasiado aqui. Queria dizer que nós contamos com uma comissão intersetorial, desde 2003, o Disque 100, que iniciou naquele período que era da sociedade civil; mantido pela ABRAPIA, foi incorporado pelo Governo. Nós recebemos, no ano passado, Carmen,



se não me engano, 82 mil ligações de denúncias contra a exploração sexual, de denúncia de exploração sexual.

E eu anuncio a vocês que a nossa meta é de que cada uma dessas denúncias que chegam ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar lá na ponta possam ser monitoradas na resposta de volta a uma central.

No próximo dia 16 de maio, em Natal, a Secretaria de Direitos Humanos assinará um termo de cooperação com os procuradores-gerais de justiça dos Estados. Todos os Ministérios Públicos dos Estados estão assinando com a Secretaria de Direitos Humanos um termo de cooperação em que a denúncia que chega no Disque 100, *on line*, imediatamente vai estar na tela de um promotor de justiça em cada Estado. Nossa meta é fazermos isso com os conselhos tutelares.

Eu sugiro a vocês, como CPI, que avancem na agenda conselho tutelar. Hoje nós temos 98% dos Municípios com conselhos tutelares, mas nós não temos uma boa qualidade de atendimento no conselho tutelar. E nós podemos ter.

Não se trata de desfazer o conselho tutelar; ao contrário, trata-se de fortalecê-lo, e o Governo Federal está à disposição para oferecer a retaguarda. Mas nós precisamos ter uma lei que fale qual é a qualidade que tem de haver num conselho tutelar, qual é a formação que deve ter um conselho tutelar, qual é o atendimento, que medida deve ter um conselho tutelar.

Sugiro a vocês também analisarem a situação das crianças que estão nos abrigos. Nós temos 36 mil crianças nos abrigos do Brasil, de acolhimento institucional. Muitas delas por exploração e abuso sexual. Analisem-os. Peguem o universo das crianças. Vejam a violência que há dentro dos abrigos. Vejam. Nós não devemos ter medo de enfrentar as violações. Quantas crianças sofrem violência dentro de abrigos? Inclusive crianças com deficiências? Quantas pessoas com deficiência sofrem violação sexual? Analisem os abrigos, crianças que não têm família, e cobrem da gente, porque a gente está pronto para responder e se vocês cobrarem a gente consegue responder mais rápido.

Eu finalizo agradecendo o convite. Quero dizer ainda sem extinguir, foi só uma fala sem uma apresentação do nosso trabalho. Numa outra oportunidade, talvez a Secretária Carmen inclusive possa apresentar globalmente o nosso



trabalho. É a pessoa mais apropriada, conhece, sabe e tem compromisso para o enfrentamento, e nós estamos junto com ela para isso.

Eu agradeço à Presidenta, agradeço à Relatora. Desejo tudo de bom. Estamos à disposição. E agradeço à Patrícia Saboya. Trilharmos o Brasil juntas nos fez assumir esse compromisso. E eu acho que a gente agora, em outros lugares da vida, continua à disposição dessa turma e principalmente à disposição das crianças brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer à Ministra Maria do Rosário e passar a palavra para a nossa Deputada Patrícia Saboya.

A SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO - Eu vou pedir licença à Patrícia porque eu estou convidada para depor em duas CPIs: aqui e na do trabalho escravo.

Então, eu tenho que ir lá. Mas eu não podia deixar de ir sem abraçar o padre Zé. José Linhares, um abraço.

Se houver alguma pergunta sobre o Governo hoje, a Carmen responde.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria agradecer a presença à Ministra Maria do Rosário, até porque desde o primeiro momento foi nos dito que ela estaria dividida entre as duas CPIs, esta CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a CPI do Trabalho Escravo, que, aliás, fez um belíssimo ato no dia de hoje e entregou um manifesto ao Presidente da Casa, com a posição de milhares de pessoas e também de vários artistas, na perspectiva de que tenhamos hoje aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 438.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Marillos Sampaio, Deputado Jean Wyllys, Deputado Mauro Benevides, Deputado Luiz Couto, Deputada Carmen Zanotto, Deputado Geraldo Resende, Deputado Roberto Santiago, Deputada Rosinha da Adefal, Deputada Iracema Portella, que, eu reafirmo, é a autora do requerimento, Deputado Marco Tebaldi e também do Deputado José Linhares. Agradeço a presença a todos e a todas.

Lembro mais uma vez que esta audiência é fruto de um requerimento de iniciativa da Deputada Iracema Portella.

Passo a palavra para a Deputada Patrícia Saboya.



O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - Sra. Presidenta, Deputado modesto como sou, eu queria apenas que V.Exa. registrasse a minha presença entre aqueles que estão tendo o privilégio de participar desta audiência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu falei o seu nome: Mauro Benevides. Como é que eu poderia esquecer?

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - Deve ser um problema auditivo.
(Risos.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, olhe, que pecadora seria eu se tivesse olvidado a presença de V.Exa. nesta audiência, o que nos honra a todas e todos.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - Ainda mais porque somos conterrâneos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente. E vamos escutar uma conterrânea neste momento.

Então, agradeço a presença à Secretária Carmen de Oliveira e passo a palavra, pelo período máximo de 20 minutos, para a Deputada Patrícia Saboya. É um prazer tê-la aqui. Agradecemos muito a sua presença.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes.

Eu quero agradecer, em primeiro lugar, à Presidenta desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Deputada Erika Kokay, pela iniciativa, de parabenizá-la pela dedicação, pela sensibilidade que tem demonstrado ao longo da sua vida pública, principalmente em relação aos mais frágeis, aos mais desprotegidos da nossa sociedade.

Presidir uma CPI como esta é, sem dúvida alguma, uma responsabilidade gigantesca. Mas eu tenho certeza de que, pela sua competência, sensibilidade e a vocação que tem para essa arte, que é a política, eu tenho certeza de que esta CPI irá oferecer à sociedade brasileira frutos muito importantes.

Quero, ao mesmo tempo, cumprimentar a Relatora da CPI, a querida Deputada Liliam Sá, que também participa com toda a sua dedicação; quero cumprimentar a Ministra Maria do Rosário, uma ex-Deputada que deu uma contribuição extraordinária não só à sociedade brasileira com o seu papel de



Deputada, mas certamente como Relatora desta CPMI, que buscou transformar e trazer à tona da sociedade um problema tão grave como esse.

A Maria do Rosário não foi só uma companheira de luta, como ela disse. Nós nos tornamos amigas muito queridas, porque abraçamos a mesma causa, acreditamos nos mesmos sonhos e isso nos fez muito próximas. Eu fico muito grata pela forma ainda como ela se dirige a mim, mesmo eu não estando mais aqui em Brasília, mas o carinho com que ela sempre dedica as suas palavras a mim.

Eu quero agradecer muito carinhosamente à Deputada Iracema Portella por esse requerimento, por nos dar oportunidade, a mim e à Ministra Maria do Rosário, de trazer um pouco à lembrança aquilo que nós fizemos no passado, mas que certamente pode servir muito como um início para que esta CPI possa se apoiar tanto nos desafios que nós tivemos quanto também nas vitórias que conseguimos obter.

Quero cumprimentar a Secretária Carmen mais uma vez e dizer da alegria de poder tê-la amanhã no meu Estado, o Ceará.

Deputada Erika, parece que nós estamos cheias de conterrâneos. Eu não posso deixar de abraçar aqui os meus dois conterrâneos: o meu querido Senador e Deputado Mauro Benevides, por quem tenho tanto respeito, carinho, amor e uma grande consideração, não só pelo seu trabalho, pela sua dedicação a todos os cearenses ao longo de toda a sua vida pública, mas também pelos laços de amizade que certamente nos unem muito, porque o meu avô que foi Senador, o Plínio Pompeu, e tinha na pessoa do meu querido Senador Mauro Benevides um dos seus maiores amigos. Eu fico muito feliz por estar aqui hoje prestigiando esta CPI.

Cumprimento o meu querido também conterrâneo, Deputado padre José Linhares, conterrâneo de Sobral, da minha terra querida, e dizer como é bom reencontrá-lo aqui, a todos os Deputados. Meu querido Deputado Padre Luiz Couto, que foi um companheiro de todos os momentos, de todas as horas. Não foi só um Deputado, mas foi um anjo, eu diria, nos momentos mais difíceis, mais duros, e que muitas vezes teve no seu olhar, na sua palavra, na sua mão amiga, o carinho, a certeza de que devíamos continuar firmes, até o fim dessa CPI, porque foram muitos os momentos em que muitos fraquejamos, pela dificuldade, pela dureza e pela crueldade dos fatos que nós vivenciamos.



Meus queridos Deputados e Deputadas, a Ministra Maria do Rosário já introduziu como nós começamos, que essa CPMI praticamente durou 1 ano e 1 mês, e durante esse período eu considero que o maior objetivo da CPI, que a CPI conseguiu atingir, além de evidentemente ter conseguido mudar uma legislação, o Código Penal Brasileiro, que há 40 anos tinha sido projetado por legisladores que, naquela época, tinham uma cabeça completamente diferente da realidade que vivemos hoje... E a certeza é que enfrentamos desafios muito duros, porque não foi fácil mudar esse Código. Quando a Ministra Maria do Rosário fala que nós conseguimos votar todos esses projetos, ela diz evidentemente a verdade, mas a dureza para votar esses projetos foi algo que em muitos momentos fez com que tivéssemos mais força para nos unir e exigir de certa forma que esses projetos pudessem ser votados, e que tantos preconceitos e tabus com que nos deparamos na época pudessem ser definitivamente ser colocados e banidos da nossa sociedade.

Eu trouxe alguns dados que considero muito importantes, mas a Ministra Maria do Rosário praticamente falou sobre todos eles. E eu pensei, fiquei pensando durante a exposição da Maria do Rosário sobre o que eu podia falar para tentar ajudar um pouco mais. Eu, que tive o prazer e o privilégio de ser Senadora e de presidir essa CPMI como Senadora e que hoje estou no meu Estado do Ceará, como Deputada Estadual, buscando dar continuidade a esse trabalho, vi nessa CPMI algo que marcou definitivamente a minha vida, e que deixou muito claro para mim e hoje ainda, depois de tantos anos, deixou a certeza de que ainda temos uma ferida aberta no nosso País, e que precisamos cuidar dessa ferida.

São feridas abertas que não dizem respeito apenas à exploração sexual de crianças e adolescentes, mas que dizem respeito às pessoas, às crianças e aos adolescentes vulneráveis, frágeis da nossa sociedade, que são tratadas, na grande maioria das vezes, como algozes, e não como vítimas. São crianças que pela primeira vez na vida talvez foram levadas a sério, como nós levamos a CPI.

O quê nós procuramos fazer pela primeira vez? Dar fé à voz dessas crianças que vieram depor. Crianças que já tinham sido vitimizadas, crianças que perderam a sua infância, crianças que muitas vezes foram empurradas e obrigadas a conviver com a exploração sexual.



E há a incompreensão de uma sociedade e de gestores que ainda não conseguem entender a importância de se cuidar e de se acolher as crianças do nosso País. Não com esse discurso, me perdoem, hipócrita, medíocre e mentiroso que costuma ser reproduzido nas épocas de campanhas eleitorais: *“Que as crianças são o futuro do nosso País, que as crianças precisam ser protegidas, que as crianças precisam ser acolhidas”*. E, no dia seguinte, as crianças são as primeiras a serem esquecidas, porque são as crianças que não votam; são as crianças que não podem subir a rampa do Planalto; são as crianças que não podem vir à Câmara dos Deputados nem ao Senado; são as crianças que não podem dizer aquilo que pensam, porque a sociedade pensa que é fantasia. Quantas vezes uma criança conta para sua mãe, em segredo e com tanto medo, às vezes algo que está lhe acontecendo, e às vezes sua própria mãe não tem a capacidade de entender, de acreditar no seu próprio filho. Quantas vezes as escolas e os professores não acreditam em versões que são dadas pelas nossas crianças que são vítimas de abuso, da exploração sexual, do trabalho forçado, e de tantas outras mazelas que acontecem na nossa sociedade.

E essa CPI vem numa hora muito importante, essa CPI vem numa hora muito importante porque certamente vai partir daquilo que nos já conseguimos obter, uma nova legislação que é capaz de punir com muito mais rigor aqueles que cometem crimes contra as nossas crianças, numa sociedade que hoje já entende e tomou conhecimento da existência da exploração sexual e que já é capaz de compreender que essas crianças são vítimas da exploração sexual, e que não são prostitutas pequenas, como muitas vezes eu escuto falar, capazes de seduzir, muitas vezes na compreensão daqueles que deveriam proteger as nossas crianças, dos agentes públicos, de políticos, de líderes religiosos, de pessoas importantes que tinham o dever de proteger os nossos filhos e as nossas filhas, e ao invés disso cometem crimes contra essas crianças, e mesmo assim são desacreditadas.

Para mim, isso é um desabafo. A decisão do STJ para mim foi um dos maiores retrocessos que eu já presenciei. Eu não consigo entender como é que nos dias de hoje alguém pode ter essa compreensão de que uma criança de 11 anos, uma criança de 10 anos ou uma criança de 12 anos seja capaz de seduzir um adulto e fazer com que ele cometa algum ato violento contra essa criança. É imperdoável.



É imperdoável. Para mim isso significa um dos maiores retrocessos. E precisamos cobrar. E quem é Parlamentar, quem está na política tem a responsabilidade e o dever de cobrar, sim, das autoridades, daqueles que fazem a lei e daqueles que executam a lei para que ela seja cumprida da maneira com que se protejam os nossos filhos e as nossas crianças.

Venho pensando muito, e cada dia que se passa eu percebo mais que há uma certa contradição na sociedade. Eu não sei se os senhores, as senhoras percebem isso também. Uma certa contradição. Eu percebo que agora a moda dos adultos é responsabilizar criança e adolescente por tudo de ruim que acontece no País. Se a violência aumenta: a responsabilidade é dos jovens. Portanto, se a responsabilidade é dos jovens, por que não colocá-los mais cedo na cadeia? Por que não tirá-los da nossa vista? Não é mais fácil? Sim, é mais fácil. Mas como se esse discurso pudesse ajudar alguma coisa na nossa sociedade. Como se esse discurso pudesse acabar com a violência na nossa sociedade. Não é verdade. Aqueles que lutam para que as crianças mais cedo possam ir para a cadeia são aqueles mesmos que não querem ter a responsabilidade de lutar pelo direito dos nossos filhos, para que eles vivam numa sociedade mais justa e que sejam respeitados como criança. É muito simples e é muito fácil alguém dizer que uma criança de 16 anos já tem o discernimento e já pode ser presa porque sabe muito bem o que está fazendo. Como uma de catorze. Eu diria que a minha filha de 6, 7 anos de idade também sabe. Se eu disser para ela que ela não bote o dedo na tomada porque vai levar choque, ela vai entender. E ela não vai mais colocar o dedo para tomar choque.

Eu não estou dizendo que um menino de 16 anos ou que uma menina de 16 anos não tenha o discernimento daquilo que está fazendo. Mas não tem a maturidade suficiente ou o desenvolvimento necessário, e já é responsabilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que parte da sociedade insiste em dizer que é um documento que não presta para o Brasil, porque é um documento moderno demais. É bom demais, e o Brasil não pode se espelhar no que é bom demais, porque o bom demais não é bom para as crianças. Quem disse isso? Quem inventou isso? Por que o Brasil não pode se espelhar naquilo que há de melhor no mundo? Por que o Brasil tem que penalizar mais uma criança do que um adulto que



já tem, sim, o discernimento daquilo que faz? Por que nós queremos responsabilizar tanto e criminalizar cada vez mais a juventude neste nosso País? Por que nós adultos não assumimos de vez os nossos pecados, os nossos erros? Por que não fomos capazes de fazer e de cumprir os nossos deveres. Porque o Governo brasileiro não foi capaz até hoje de impedir que as crianças sejam exploradas sexualmente.

Porque o Governo brasileiro até hoje não foi capaz de impedir o trabalho escravo. Não foi capaz de impedir que crianças tão pequenas estejam na batalha do dia a dia, trabalhando, usando muitas vezes seus próprios corpos. Quantas vezes foi relatado na CPI a dor de famílias inteiras que perderam seus filhos para o tráfico, para a exploração. Que perderam seus filhos que ficaram encantados por tudo aquilo que a juventude e a adolescência no mundo inteiro se encanta. Pelas mesmas coisas que os meus filhos e os filhos de vocês se encantam. Mas, infelizmente, essa ferida aberta no nosso País atinge muito mais as crianças pobres, as crianças negras e as crianças que não têm família. Essa ferida que está aberta no nosso País não atinge tanto os mais ricos, mas já começa a atingir a classe média. E hoje o que me pergunto, pelo menos no meu Estado — me permita, Presidente, falar assim, porque venho de um Estado, que é o Ceará, com um potencial gigantesco, com um povo extraordinário, maravilhoso, acolhedor, mas onde a exploração sexual acontece na minha frente, todo dia, no mesmo lugar. Eu sei quem são as meninas, sei quem são os policiais envolvidos, sei quem são os agentes, sei quem são os hotéis que recebem. E com certeza as autoridades do meu Estado sabem muito mais do que eu. Da mesma forma, como no Estado de cada um dos Deputados, das senhoras e das senhores, as autoridades sabem também onde estão as meninas, onde estão os agenciadores, quem são aqueles que estão corrompendo essas crianças, e não fazem nada. Não fazem nada.

Por favor, não levem em conta aqui a questão partidária. Eu quando falo de criança esqueço até qual é o seu partido. Eu esqueço qual é meu partido. Mas o que eu falo é de uma política que não quer enxergar. São gestores, homens e mulheres, que não têm sensibilidade, que não querem ver o que está na nossa frente, que não suportam ter que enfrentar a miséria, a pobreza, a desgraça de tantas famílias que são levadas pela nossa incompetência, pela nossa incompetência, pela nossa



insensibilidade. Não é pela falta de oportunidade, não é porque não se sabe onde estão as coisas, onde estão as mazelas.

Portanto, esta CPI vai ser muito importante, Deputada Erika, Deputada Liliam, porque ela vai correr atrás. E aí me permitam um parêntese, porque eu tenho sido também testemunha daquilo que tem feito a Presidenta Dilma, e eu tenho tirado o chapéu, porque ela tem enfrentado, muitas vezes, não só poderosos, mas muitas vezes tem enfrentado aqueles que não querem permitir que esse tipo de política aconteça. Está agindo também não só como Presidenta de um país, mas também está agindo usando a sua sensibilidade de mulher, de mãe e de avó, para entender e para explicar para o Brasil quanto vale uma vida como essa. Quanto vale uma criança quando nasce.

Padre Luiz Couto, Padre José Linhares, eu me lembro quando nós festejávamos a alegria de ter uma criança nascendo. Hoje parece que uma criança nasce e é só um número a mais. Não se pensa numa criança como um... Briga-se para não se dar uma licença-maternidade de 6 meses. Como? Nós, mulheres, parimos, temos nossos filhos. Sabemos que 6 meses é o ideal para que uma criança seja amamentada, para que ela escape de todos os riscos da mortalidade, mas alguns empresários acham que isso vai dar prejuízo para suas empresas, não querem e pronto. E acabou.

Eu acredito que a Presidenta Dilma tem enfrentado isso com muita coragem e muita determinação. Por isso que eu digo que acho importante que essa CPMI possa apresentar para a Presidenta Dilma o que quer, o que deseja.

Presidenta Dilma, Secretária Carmen, perdoe-me estar falando, mas sei o esforço que a senhora tem feito, eu que fui colega, Senadora, e vi o trabalho da Secretaria de Direitos Humanos, vi quantas vezes os Ministros que por ali passaram, o desespero de não poder, de não ter condições e recursos para aplicar a lei, para fortalecer as políticas públicas, que são justamente para acolher as nossas crianças.

E qual o respaldo que terá essa CPI? Acredito que a CPI vai poder entregar um documento à Presidenta Dilma e dizer: *“Presidenta, nós sabemos onde estão as redes, nós sabemos quem são os algozes, os criminosos. Portanto, o que nós queremos agora é isso. Puna esses que precisam ser punidos e faça com que essas crianças voltem a ter uma vida normal. Não deixe que elas sejam estigmatizadas e*



carimbadas pela sociedade como prostitutas pequenas, como querem colocar e chamar essas meninas. Não deixe que isso aconteça”.

Agora, nós estamos às vésperas da Copa de 2014. O Brasil está fervilhando de eventos, de obras, de megaeventos. Vamos usar esses eventos para incluir essas crianças no esporte, na arte, no lazer, porque senão vamos cair naquele mesmo conto dos outros países, Deputado Mauro Benevides, que sediaram as copas mundiais. E o que restou para esses países, infelizmente, foi muita desgraça, pobreza e miséria. E as meninas e meninos foram explorados, as mulheres foram exploradas, os artesãos foram explorados. E, no final, sobrou muito pouco para esses países.

Eu espero que agora, com a chegada da Copa, possamos ser capazes de incluir essas crianças e fazer com que esses grandes eventos possam muito mais dar uma qualidade de vida às crianças e adolescentes do que, mais uma vez, afastá-las do caminho certo, do caminho da luz e deixar de colocar essas crianças nas ruas escuras, nas rodovias escuras nas quais costumamos tanto a vê-las. Precisamos fortalecer o sistema de responsabilização — Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas em apurar crimes contra as crianças e adolescentes -, porque no País temos apenas 20% dos Estados com todos esses equipamentos funcionando. Unificar as políticas sociais e fazer com que, de uma vez por todas, não gastemos o dinheiro novamente.

Pelo amor de Deus não me entendam mal, porque sei que as pesquisas e as estatísticas é que nos orientam a trabalhar, mas já temos muitas. Qualquer um de nós é capaz de ajudar e dizer quais são as crianças envolvidas nessa situação.

Portanto, se somos capazes disso, somos capazes também de saber apontar de que forma podemos resolver os problemas das crianças. E não tem nada para mim mais importante do que uma educação de qualidade. O Brasil precisa fazer essa revolução. No momento em que fomos capazes de, no Brasil inteiro, dar uma educação de qualidade para os nossos filhos e filhas, tenho certeza de que não vamos precisar mais estar aqui sentados fazendo CPI para investigar a exploração sexual, para investigar o trabalho escravo, para investigar o trabalho infantil, para investigar nenhuma dessas mazelas, porque vamos ter um país que respeita os mais frágeis, que sabe respeitar as crianças e que aí, sim, sabe lutar por um futuro



muito melhor, mas tendo hoje um presente assegurado, protegido, cuidado, para que eles não estejam permanentemente sendo assediados, sendo empurrados e constrangidos à uma vida tão cruel, tão difícil e tão dura.

Eu agradeço muito carinhosamente e peço desculpas por muitas vezes parecer até mal-educada em fazer desabafos assim, mas é por que estou nessa luta há muito tempo, como tantos aqui que eu conheço. E às vezes, Deputado Mauro, me dá muita tristeza e muita raiva. Às vezes nem sei qual dá mais, nem sei se é mais tristeza, decepção ou se é raiva. Depende. Às vezes tem que ter raiva e às vezes tem que ter tristeza. E, às vezes, uma mistura das duas coisas. Eu estou aqui hoje assim, mas ao mesmo tempo com o coração muito cheio de esperanças, porque eu sei que aqui há pessoas que eu conheço que são homens e mulheres muito do bem, que eu sei que vão colocar o seu coração nessa CPI, vão colocar a sua alma e vão fazer aquilo que tiver de melhor, vão procurar aquilo que tiver de melhor para oferecer para os nossos filhos e para nossas filhas. E se a gente entender que realmente esses que estão aí são nossos filhos e nossas filhas, a gente vai viver num Brasil muito melhor.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer muito à Deputada Patrícia Saboya.

E vamos proceder da seguinte forma, vamos passar para a Relatora e, em seguida, para a autora do requerimento, Deputada Iracema Portella.

Nós vamos solicitar, tanto da Deputada Patrícia quanto da Secretária Carmen, que as perguntas possam ser respondidas em bloco.

Estão inscritos ainda o Deputado Mauro Benevides, o Deputado Luiz Couto, o Deputado José Linhares, a Deputada Rosinha da Adefal e a Deputada Carmen Zanotto. Mais alguém quer fazer uso da palavra?

Tem a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sra. Presidenta, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois não.



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Primeiro, cumprimento a todos, em especial à Senadora Patrícia, Deputada Estadual, importante presença nesse desafio que é o debate do tema da exploração sexual infanto-juvenil.

Por tudo que a senhora acumulou, pelo papel que a senhora desempenhou nesta Casa na época da CPMI, junto com a então Deputada Maria do Rosário. Mas brevemente eu quero só, primeiro, pedir desculpas. Eu represento a Comissão de Educação e Cultura no Fórum Nacional de Educação. Por isso que não tinha conseguido chegar mais cedo. E, segundo, Deputada Erika Kokay, como não consegui chegar mais cedo, indagaria de V.Exa. se esses requerimentos serão apreciados no final ou já foram?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não foram ainda. Inclusive, há um requerimento de sua iniciativa. Vamos proceder... Estávamos esperando, e V.Exa. contribuiu com isso, ter *quorum* regimental.

Vamos passar a palavra para a Relatora e a autora da iniciativa e, em seguida, se me permite a Senadora Patrícia Saboya, vamos apreciar os requerimentos, visto que, ao iniciar-se a Ordem do Dia, corremos o risco de não aprová-los no dia de hoje.

Então, vou apenas, em deferência à Relatora e à autora da iniciativa, passar a palavra para as duas, solicitar à Deputada Patrícia a permissão para que nós possamos apreciar os requerimentos e nós não correremos qualquer risco de não fazê-lo no dia de hoje.

Ainda vou sugerir aos Parlamentares que estão indicando audiências públicas em vários locais que possam sugerir a data, porque nós vamos traçar já um calendário. Então, é importante que possam sugerir as datas para nós irmos fazendo a discussão.

Nós temos alguns roteiros. Oportunamente, irei apresentar um roteiro para as nossas diligências nos Estados, para que não fiquemos só na audiência pública, mas para que possamos aprofundar. Mas, no momento oportuno, irei apresentá-lo. Vamos traçar essa discussão aqui, aproveitando inclusive a experiência da sempre Senadora, a Deputada Patrícia Saboya. É uma alegria imensa tê-la no Parlamento, ou seja, no Parlamento nacional, como já tivemos, no Parlamento do meu querido



Estado. Porque a gente sai do Ceará, mas o Ceará não sai de dentro da gente, não é Deputado Mauro Benevides?

Portanto, eu passo a palavra neste momento à nossa Relatora Liliam Sá e, em seguida, à Deputada Iracema Portella, autora da iniciativa desta audiência pública. Em seguida, vamos apreciar os requerimentos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, cumprimentando a nossa Presidenta Erika Kokay, cumprimentando a nossa querida Senadora Patrícia Saboya — eu me espelhei muito no seu trabalho, no Rio de Janeiro, enquanto fui Vereadora —, a Carmem Oliveira, quero cumprimentar a Ministra que aqui esteve e fez esclarecimentos, os Deputados e as Deputadas presentes, a imprensa e convidados.

Eu até entendo a sua revolta, porque, quando tratamos de crianças e de adolescentes e falamos de exploração sexual, sabemos que existe uma rede que explora essas crianças, que há um comércio — e um comércio muito lucrativo —, nós nos sentimos impotentes em relação a esse combate.

Portanto, as leis, o valoroso trabalho e a contribuição que vocês fizeram na CPMI avançaram muito em relação a essa questão em todo o Brasil. E eu peguei o relatório de vocês e comecei a estudar para saber em que ponto de partida, onde ficou, para que pudéssemos dar continuidade com esta CPI.

O intuito da nossa CPI é enfrentar — e eu vou aqui falar para vocês o que a Ministra falou, a nossa Senadora falou —, é fazer um enfrentamento da impunidade. Esse é o pior de todos. Nós já tivemos algumas reuniões aqui e vimos o envolvimento da banda podre da Polícia Militar na rede de exploração sexual infanto-juvenil. E a Patrícia Saboya falou do envolvimento desses policiais na CPMI passada. E nós estivemos aqui, na semana passada, debatendo sobre Brasília. E duas semanas atrás o jornal *O Globo* também denunciou no Rio de Janeiro policiais envolvidos na rede de prostituição.

Olha, a CPMI de vocês, no relatório final, em 2004, disse que vocês visitaram 22 Estados, tiveram 34 reuniões e audiências públicas, 20 diligências, analisaram 958 documentos, ouviram 285 pessoas, receberam 832 denúncias e 543 resultados em notícia-crime e sugeriram 250 indiciamentos. Envolvidos nisso estavam políticos, juízes, policiais.



Eu quero perguntar uma coisa para a nossa querida Senadora: onde houve o maior número de denúncias de exploração sexual? Essas pessoas foram punidas? Elas estão presas? Essa CPMI que investigou essa rede de exploração identificou alguém que trabalhava nessa rede? Eles estão soltos, continuam trabalhando? Nós queremos avançar, e para isso precisamos dessas respostas. Se teve algum processo, se vocês têm como passar essa documentação para a gente. E qual foi a maior dificuldade de vocês? Qual foi a maior dificuldade de vocês na questão dessas pessoas que são os peixes maiores, os políticos, os juízes e os policiais envolvidos na rede de prostituição?

A Ministra falou que existiam 245 rotas. Agora, em 2006, a Polícia Rodoviária Federal identificou 1.918 pontos de exploração, mais de 55% de aumento desses pontos de prostituição. Eu gostaria que vocês nos ajudassem nesse sentido, porque não adianta a gente punir se a gente não conseguir identificar essas pessoas para que elas venham a ser responsabilizadas por esses crimes.

São essas as minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam.

Vou passar para a Deputada Iracema Portella e, em seguida, nós vamos apreciar os requerimentos e vou dar a palavra aos Deputados Luiz Couto, José Linhares, Rosinha da Adefal, Carmen Zanotto e Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA - Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer imensamente a presença à Deputada Patrícia Saboya e à Ministra Maria do Rosário, que coordenaram com muita dedicação, empenho e muito amor, tenho certeza disso, a causa da infância e da adolescência na CPMI da Exploração Sexual entre os anos de 2003 e 2004.

A contribuição dada, Deputada, nessa audiência pública por você e pela Ministra é de fundamental importância para os nossos trabalhos aqui nesta CPI. Esta Comissão deve levar em conta os avanços e os desafios enfrentados por aquela CPMI, que ofereceu ao Brasil um conjunto consistente de propostas para a prevenção e o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes. E eu gostaria de complementar dizendo que a sua revolta e a sua tristeza são também a nossa revolta e a nossa tristeza também.



Eu tenho algumas perguntas a serem feitas para a nobre Deputada. Eu faria agora, Deputada, ou mais tarde? Agora, não é? *(Pausa.)*

Então, é o seguinte: quais foram as principais lacunas e as principais dificuldades enfrentadas pela CPMI? E o que essa nova CPI pode trazer de contribuição para o enfrentamento desse problema?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Iracema.

Conforme anunciado anteriormente, nós vamos apreciar os requerimentos, rapidamente, Deputado Mauro Benevides.

Vamos então para o Requerimento nº 34/12, do Deputado Jean Wyllys, que “requer a participação do Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da Paraíba, Eduardo Varandas Araruna, em audiência da CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a convite da mesma, para dividir com os membros da Mesa suas informações sobre o tráfico de menores para exploração sexual, com foco nos meninos travestis da Paraíba que são prostituídos em São Paulo”.

Em votação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu já tenho um requerimento idêntico, convidando-o, mas eu acho que o requerimento do Deputado Jean Wyllys coloca algumas situações. Então, não há problema nenhum em que nós possamos juntar as forças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós sabemos que já foi aprovado por esta Comissão requerimento semelhante, entretanto o Deputado Jean Wyllys estabelece um recorte dentro da discussão com o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era só para informar que nós somos favoráveis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

Então, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 35/12, do Deputado Arnaldo Jordy, que “requer sejam convidadas a prestar depoimentos, nesta CPI da Exploração Sexual de Crianças e



Adolescentes, autoridades do Estado do Pará que apoiam crianças e adolescentes vítimas de exploração infantil”.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 36/12, do Deputado Vanderlei Macris, que “requer seja convidado o Sr. Ministro do Turismo, Sr. Gastão Dias Vieira, para participar de audiência pública nesta Comissão e prestar informações sobre as ações e programas do Governo Federal aplicados na prevenção e controle do turismo sexual, envolvendo crianças e adolescentes”.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 37/12, do Deputado Otoniel Lima, que “requer seja convidado a participar de audiência pública o Senador Magno Malta (PR-ES), para contribuir com a Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 38/12, da Deputada Iracema Portella, que “requer que esta CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realize visita e oitivas à cidade de Jacy Paraná, no Estado de Rondônia, onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Jirau”.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 39/12, da Deputada Fátima Bezerra, que “requer a realização de audiência pública para debater o tema ‘Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes’, no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte”.



Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 40/12 - do Deputado Jean Wyllys - que “requer a participação da ex-Senadora Federal Marinor Brito (PSOL-PA) em audiência pública sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, a ser realizada no Pará, a fim de dividir com os membros da Mesa as informações que constam no relatório de sua autoria sobre o tráfico de pessoas, aprovado no Senado Federal, e as informações do relatório aprovado sobre pedofilia na Câmara Municipal de Belém”.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidenta, só um momento. Por uma questão de operação, quando formos montar, poderíamos unir essa audiência com a audiência proposta pelo Deputado Arnaldo Jordy, já que ele convoca autoridades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos aprovar como estão os requerimentos e, depois, obviamente, faremos a economia processual.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 41/12 - do Deputado Jean Wyllys - que “requer à CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realização de: 1) audiência pública na Câmara dos Deputados para apurar denúncias sobre desaparecimento de crianças nos KMs 32 e 34, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; e 2) diligência da CPI no mesmo local das denúncias”.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.



Requerimento nº 42/12 - da Deputada Liliam Sá - que “requer sejam convocados para prestarem esclarecimentos o Tenente-Coronel Cláudio Costa, Comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar de Copacabana, e o dono do bar mostrado na matéria do *Jornal Nacional*, exibida no dia 26 de abril do corrente ano, sobre denúncias de prostituição infantil”.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Portanto, eram esses os requerimentos que estavam pautados.

Nós ainda vamos apreciar, provavelmente, alguns requerimentos extrapauta, mas, em princípio, estamos com a nossa pauta vencida e vamos dar prosseguimento às intervenções dos Parlamentares.

Nós vamos passar ao Deputado Mauro Benevides e, em seguida, ao Deputado Luiz Couto. E vamos passar para a Deputada Patrícia Saboya, para que ela possa se posicionar e, em seguida, daremos continuidade às inscrições.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, só uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na CPMI se falava muito em prostituição infantil. E esse termo não se usa mais, porque a criança não se prostitui. Ela é explorada sexualmente. No lugar de dizer denúncias de prostituição infantil, leia-se: denúncia de exploração sexual de crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado Luiz Couto, nós já falamos e fizemos a mesma explicação que V.Exa. tem colocado aqui. Nós estamos lendo os requerimentos como eles nos chegaram, mas obviamente, se ninguém se opor, nós vamos então pedir para que seja transformada a terminologia prostituição infantil...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É porque estava no jornal assim. O jornal tem uma matéria, a gente deu entrada como está na matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, Deputada Liliam Sá ... por exploração sexual de crianças e adolescentes, na medida em que prostituição é



uma ocupação e, portanto, exige um nível de autonomia. E nós não estamos falando disso. Nós estamos falando de pessoas, seres humanos, numa fase peculiar do desenvolvimento de sua vida. Portanto, não são autônomos para um exercício de uma relação que não condiz com a fase específica da sua sexualidade. São exploradas, coisificadas e ignoradas na sua condição de sujeito essas crianças e esses adolescentes. Então, é pertinente a sua colocação.

Vou passar para o Deputado Mauro Benevides, para que possa nos brindar com a sua sábia experiência.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - Sábia é bondade de V.Exa., Sra. Presidente.

Sra. Presidente, demais membros da Comissão, minha cara Senadora-Deputada ou Deputada-Senadora Patrícia Saboya, quando foi oferecida a palavra à nobre Relatora Liliam Sá, ela utilizou uma expressão que eu apanhei agora mesmo, dizendo que nós estamos diante da necessidade imperiosa de promover o enfrentamento da impunidade.

Então, essa é uma colocação que nos compele a adotar uma posição nesta Comissão na apresentação dos resultados que daqui despontarem em função dos debates e das audiências públicas que forem realizados. Isso nos impulsiona, de forma intrépida e corajosa, para que esta Comissão não resulte apenas numa listagem de proposições ineficazes, mas que ela represente, sobretudo, um posicionamento, como o fez, à época da Senadora Patrícia Saboya, a Comissão que ela presidiu com tanta firmeza, determinação, coerência, energia, enfim, projetando, apresentando, sem *nuances* que minimizassem a gravidade do quadro, uma conjuntura realmente adversa naquele momento.

Eu me permito, então, indagar à Senadora Patrícia Saboya, Senadora e Deputada. Quando se reporta ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a primeira pergunta que faço a V.Exa., Senadora e Deputada, é a seguinte: á está perempta a legislação consequente do Estatuto? É a primeira pergunta, e V.Exa. a responderá *opportuno tempore*, como diz o Padre José Linhares e o Padre Couto também, bons latinistas, já que eu não sou. Eu sou um aprendiz de ambos os grandes latinistas que aqui estão.



Há uma referência, Senadora Patrícia, que V.Exa. faz sutilmente, mas com a veemência que me foi possível apreender. V.Exa. faz crítica a decisões do Poder Judiciário. E a pergunta que eu me permito dirigir a V.Exa. neste instante é a seguinte: os operadores do Direito não estão, nesse tocante, severos, como se justificaria para a correta aplicabilidade dos dispositivos vigentes? Há uma falha no âmbito dos operadores de Direito na aplicação de uma legislação que existe e que não está sendo cumprida no rigor dos termos em que ela foi aprovada pelo Poder Legislativo? Será que os operadores do Direito estão abrandando nas decisões que adotam nos colegiados ou até mesmo na manifestação soberana do seu plenário? É mais uma pergunta que faço a V.Exa.

Há necessidade — pergunto eu a V.Exa. — de um drástico e imediato aperfeiçoamento da legislação pertinente à exploração da criança e do adolescente? É a pergunta que faço. Qual seria a linha de aprimoramento legislativo que V.Exa. preconizaria para combater com maior rigor os crimes contra crianças e adolescentes?

Gostaríamos de conhecer o ponto de vista de V.Exa., com a experiência, com o tirocínio alicerçado ao tempo da antiga CPMI e, agora, nesta CPI muito bem conduzida pela nossa conterrânea Deputada Erika Kokay, que o Ceará emprestou à Brasília, para que ela pudesse melhor servir ao povo brasileiro do Distrito Federal.

Então, eu faço essa colocação a V.Exa, começando por me referir à manifestação da nobre Relatora sobre o enfrentamento da impunidade.

Portanto, espero que V.Exa., quando oportuno, responda a essas indagações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputado Mauro Benevides.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidenta, Deputada Patrícia Saboya, nossa Senadora, nós consideramos importante o trabalho que foi feito na CPMI, que identificava e apurava não mais casos de violência sexual contra crianças e adolescentes praticados por cafetões e cafetinas, mas eram redes de exploração.

Esse é um elemento importante. Nós temos redes de exploração atuando em nosso País com vinculação com outros países. Isso foi demonstrado através das



diversas rotas, e isso continua existindo. Esse é o grande problema que nós temos que enfrentar.

Quando nós colocamos a questão de trabalhar nas nossas fronteiras para enfrentar o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de armas, o roubo de cargas, é preciso colocar também a situação das rotas de exploração sexual que ainda são muitas — e aumentaram.

Esse é um fato. Quando nós estivemos em Cuiabá, aquela adolescente que era levada para países da América dizia...

(Não identificado) - Uma que era surda e muda?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, essa falava. Ela disse: *“Eu quero que vocês pelo menos trabalhem para que outras pessoas não tenham o coração dilacerado como o meu está”*. Ela foi violentada em uma clínica por médicos, era levada para outros países e trocada também por armas e drogas. Enfim, é essa a situação.

E aquela outra que prestou um depoimento aqui — ela é lá da Paraíba — e dizia o seguinte...

(Não identificado) - Com idade da minha filha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

(Não identificado) - Do mesmo dia do aniversário da minha filha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é.

Ela dizia o seguinte: que tinha um diário onde revelava os nomes das pessoas, o valor pago, onde era feito e tudo mais. Pois bem. Continua na impunidade, porque nenhum daqueles foi punido, nenhum daqueles foi processado.

Então, ela dizia: *“Eu quero agora estudar para ser advogada para botar esses que me exploraram na cadeia”*. São duas coisas que chamam a atenção.

E eu diria o seguinte: de fato, eu acho que o aspecto importante nesta CPI é uma ação para que nós possamos acabar de vez com essa impunidade. V.Exa. sabe o quanto sofreu de pressão para tirar, como a Deputada Maria do Rosário, para tirar nomes de pessoas, de figurões que estavam ali. Até mudaram a composição da CPI, que na maioria era DE mulheres — eu acho tinham...

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - Era só homens, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.



A SRA. PATRÍCIA SABOYA - No dia da votação, só ficaram homens.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só tinha... Tinha os Líderes que estavam lá votando, e até um Senador de um Estado chegou e disse o seguinte: “*Vocês estão contra isso aqui? Será que vocês não gostam dessa fruta?*” Foi assim que ele usou, um Senador lá do Maranhão.

Aquele outro que a gente ouviu lá no Maranhão e que dizia que encarnava o Rei D. Sebastião, que explorava sexualmente, era um Vereador, e parece que continua tudo na impunidade.

Eu acho que esse é um aspecto importante. Esta CPI fazer com que, de fato, nós possamos responsabilizar agentes públicos que passam a mão, que são omissos, que são coniventes, que participam inclusive de festinhas e até de bingos, como aconteceu lá no Pará, onde qual era o prêmio do bingo? Era uma adolescente virgem para servir àquele que ganhava.

Então, esse é um aspecto importante que a gente tem que tratar: a questão da impunidade. Porque dados a gente tem. Basta ver as diversas CPIs, as rotas que têm, as pessoas que foram exploradas, quem são os clientes que sempre aparecem. E essa impunidade é a grande força. E, diferentemente de quando se faz um relatório, aí vem aqueles que são indicados, aqueles que são indiciados vêm processar quem fez o relatório, como eu, que tive, na Paraíba, que responder a oito processos, e, graças a Deus, todos foram arquivados, porque eram Parlamentares envolvidos, e eles achavam que poderiam continuar. Graças a Deus, a maioria do povo da Paraíba decidiu não mais trazê-los para o Parlamento, e eu espero que aí isso possa acontecer.

Esse é um aspecto que chama a atenção. Em alguns casos, principalmente com relação a adolescentes, há uma cultura que diz que adolescentes depois de dois anos tem que já... Ou seja, é aquela velha história, como coisa natural. A gente viu isso lá no Rio Grande do Sul. “*Isso são essas gurias que ficam por aí.*” Até o juiz coloca a situação de que não é mais virgem, não sei o que lá, e não pune os que exploraram sexualmente essas crianças e adolescentes.

Eu diria que seria importante nesta CPI, primeiro... Nós temos de ver que em todos os países onde houve Olimpíadas ou Copa do Mundo, nesse período, muitas pessoas vieram. Então, daí a questão também que nós tratamos do turismo sexual.



Tem que haver uma ação do poder público municipal, do poder público estadual, do poder público federal no sentido de impedir aquelas rotas e aquele turismo sexual de empresas que já vêm, como a gente verificou, colocando o valor e dizendo onde tem as garotas de 12, 13, 14, 15, 16, enfim, e dependendo também a condição social e a condição cultural. Esse é um elemento que a gente tem que tratar e esta CPI também trata da questão do turismo sexual.

Mas, Senadora, eu espero que nesta CPI não haja aquela interferência, no final do relatório, quando tiver, de interferir para mudar, porque aí nós temos que denunciar isso aí. Não dá para fazer, ou seja... E aí, quando foi provado o caso de um Senador, foi provado que a pessoa tinha diversos depoimentos, ele parou e não quis que houvesse aprovação daquele requerimento de destaque. Mas, infelizmente, no lado do Amazonas a pressão foi grande, e retiraram aquele que era o Vice-Governador.

Mas eu fico aqui, Sra. Presidente, dizendo que não tenho perguntas. Nós temos um requerimento do Jean Wyllys que eu acho que ele fala também das diligências com relação a duas BRs. Mas nós temos que fazer esse também, ou seja, um levantamento, e a Polícia Rodoviária Federal tem feito esse trabalho de rotas que são feitas também por postos de gasolinas, postos de gasolinas onde meninas são exploradas sexualmente.

O outro aspecto também é que aumenta o número de adolescentes que são levadas para outros países sob a promessa de que vão ser modelos, chegam lá e são transformados em travestis ou meninos de programas. Então, eu acho que esse é um aspecto importante que todos nós devemos trabalhar.

Eu agradeço e parablenizo a nossa Senadora Patrícia Saboya. Muitas vezes é da vontade da gente... A indignação que fica, a gente vê que lá na frente da gente está acontecendo a exploração, que o poder público sabe, a Polícia sabe, que todo mundo sabe, e as providências não são tomadas. Parabéns pela indignação, porque nesse fato não é para passar a mão na cabeça. Tem que se indignar e transformar essa indignação numa ação em benefício da coletividade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Obrigada.



Eu vou apenas permitir que a Deputada Carmen Zanotto possa se colocar, porque ela tem que ir para a reunião do Colégio de Líderes. Então, para que ela não fique sem colocar as suas questões, eu passo a palavra para a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Deputada Erika Kokay. Quero cumprimentar a sempre Senadora Patrícia, a Relatora Liliam, a Sra. Carmen, que aqui ficou representando a Ministra Maria do Rosário.

Eu vou ser muito rápida, mas eu quase tenho convicção de que nós temos legislação suficiente. Eu quero saber opinião da Senadora se temos legislação suficiente. E, se a nossa legislação é suficiente, por que o poder público, através de todos os seus órgãos — Polícia Civil, Polícia Militar, Judiciário, Secretarias Estaduais e Municipais e Ministérios —, não está dando conta de reduzir a violência e a exploração sexual contra as nossas crianças e adolescentes?

Então, se nós temos legislação, se as políticas públicas que nós estamos adotando no País estão dando conta ou, efetivamente, nós temos legislação e não a estamos aplicando devidamente, não estamos trabalhando nos programas para que a gente consiga reduzir?

Eu tenho, e já me pronunciei em vários outros momentos nesta Casa, uma preocupação muito grande com os conselhos tutelares. Eu quero saber a sua preocupação. Os conselhos tutelares, o processo eleitoral deles, dos conselheiros, está se transformando exatamente num processo eleitoral para as Câmaras de Vereadores, onde tem desde os santinhos, os cartazes, como se fosse uma tarefa simples de se exercer, que é estar de plantão, conseguir acolher uma família, conseguir acolher uma criança numa situação de violência e dar o devido encaminhamento.

Eu tenho a preocupação pela falta de formação dos conselheiros e pela substituição. Quando ele vai criando *know-how* com relação à forma de abordagem, com relação aos encaminhamentos, já tem outro processo eleitoral, e eles são rapidamente substituídos.

Então, essa pergunta também vai para a Sra. Carmen: qual é a sua expectativa com relação aos conselhos tutelares, que são a porta de entrada da



nossas crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual? Como eles conseguem fazer o atendimento, se não estão preparados para isso?

A minha outra colocação é: a partir da decisão do Superior Tribunal de Justiça com relação àqueles três casos, dizendo que elas já estavam há muito tempo nesse ofício, vamos dizer assim, considerando essas crianças como se fossem profissionais do sexo e não crianças vítimas da exploração de um adulto, para mim, eu tenho clareza, a legislação nós temos, mas a impunidade e este fato fazem com que quem explora esse tipo de atividade tenha segurança de que não será punido.

Eu acho que a nossa Comissão tem esse papel, Deputada Erika, que a gente faça o enfrentamento com relação à impunidade frente às leis e que talvez não seja nem necessário criar tantas outras leis, mas que a gente...

E aqui eu preciso relatar. Eu conversei com o Deputado Eduardo Barbosa sobre esse tema, porque ele foi da CPMI. E a forma com que ele relatou o trabalho da CPMI foi exatamente como eu ouvi agora o relato da Senadora Patrícia, o relato da Ministra Maria do Rosário, com a mesma emoção, com o mesmo lembrar de momentos tão complexos que vocês viveram. Então, alguns anos depois, nós estamos discutindo o mesmo tema, como se esta Casa fosse responsável por fazer mais leis, em vez de fazer com que leis que estão aí sejam cumpridas.

Obrigada.

Sra. Presidente, eu quero justificar. A assessoria vai ficar aqui, porque a gente tem a questão dos agentes comunitários que estão na Casa pautando o seu piso salarial.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Carmen.

Eu vou, então, passar para o Deputado José Linhares, porque a Deputada Rosinha da Adefal e a Deputada Fátima Bezerra não se encontram; depois passo para a Senadora Patrícia e para a Secretária Carmen, para que possamos dar continuidade. Então, Deputado José Linhares, o senhor está com a palavra. Mais um cearense para honrar o Ceará e esta Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Colega e Deputada Erika, Presidente desta Comissão, eu queria fazer uma saudação especial à minha querida Patrícia.



Eu não a chamo de Senadora nem muito menos de Deputada, dados os grandes laços que nos unem, não só os laços políticos, mas laços familiares.

Eu assisti praticamente à vida da Patrícia toda e assisti à história tão bonita e tão rica do avô dela, que era um grande amigo nosso. O nosso Senador Mauro Benevides, sempre Senador Mauro Benevides — ele pode ser promovido a tudo, exceto deixar de ser Senador.

Eu gostaria simplesmente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu te casei e fiz outra muito boa: acompanhei todos os teus passos e também dos teus meninos todos, dos teus irmãos, todos eles, e, com o meu querido Senador, estivemos lá muito tempo juntos.

Eu queria fazer aqui não mais uma pergunta; eu queria frisar dois aspectos somente. Se a indignação da Patrícia é grande, eu não pude entender a posição do nosso Tribunal. Não teve quem pudesse, em sã consciência, entender ele ser tão conivente com algo tão relevante e tão aviltante dentro da nossa realidade.

Então, eu penso que a nossa Comissão teria a tarefa de refazer e de colocar em nosso relatório algo importante que fizesse, já que este é o Poder legiferante desta Nação, com que o Superior Tribunal reconsiderasse uma decisão que considero infeliz e, quiçá, infame.

Em segundo lugar, eu fico com a nossa Relatora e com o que o Deputado Mauro Benevides falaram: minha querida Presidente, se nós sairmos desta Comissão sem criar uma legislação de punição aos agentes, aos agenciadores, aos policiais coniventes, que são muito coniventes em tudo isso, à rede hoteleira, que conhecemos bem quais são — lá no Ceará sabemos onde elas se postam, até o endereço de cada uma delas nós sabemos —, se não criarmos, digamos assim, um código de punição, esta nossa Comissão vai novamente fazer o que vocês fizeram de maneira tão brilhante. Nós vamos encontrar resistência, é óbvio. Mas acho que essas resistências devem ser vencidas por esta Comissão.

Mas a minha pergunta, e pedi licença à Presidente, já que a nobre Senadora Patrícia é também Deputada Estadual, e nós temos um requerimento, seu e meu, de estarmos no Ceará, já que Fortaleza figura como a capital do turismo sexual — infelizmente, ela está em primeiro lugar; se não podíamos agora acordar, porque nós



estamos num período muito curto — o mês de maio está correndo, junho, no mês de julho vem o recesso —, se nós não podíamos acordar com a nobre Deputada Patrícia fazer uma reunião no Ceará em junho. Porque em julho não teremos *quorum*, e logo depois virão as campanhas. Então, se pudéssemos agendar, e a Patrícia poderia ser o elemento que poderia marcar, juntamente com a Sra. Presidente, que tem também grande vínculo conosco lá na nossa terrinha, uma data que a nossa Presidente homologaria, juntamente com todo o nosso colegiado — e se o nobre Senador Mauro Benevides concordasse — nós poderíamos ir ao Ceará em junho. E já está muito próximo. Já estamos em meados de maio. Talvez na primeira ou na segunda semana de junho seria a oportunidade em que nós iríamos, eu diria, incidir. E a Patrícia fez isso muito bem quando era Presidente. Ela frisou, teve coragem de citar muitos elementos que eram coniventes dentro dessa grande, eu chamaria, ferida que se expõe em nosso Estado, sobretudo em nossa Capital. Então, se saíssemos daqui com essa data seria muito importante.

Poderíamos fazer uma mobilização também nos outros Poderes. O Poder Judiciário é importante estar presente nessa audiência pública que faremos lá, juntamente com a Câmara dos Deputados, representando o Congresso, os Deputados Estaduais e os juízes, porque eles são muito complacentes, deixam tudo correr muito lento. E nós faríamos uma cobrança. Nós não temos o poder de julgar, nós não temos o poder de colocar leis. Nós simplesmente fazemos a lei, mas fazer a lei vigorar são eles, é o Poder Judiciário, sobretudo, com o poder policial. Sem isso, nós não podemos fazer nada, absolutamente nada.

Então, eu queria parabenizar e dizer que me associo à minha querida conterrânea da nossa antiga praça. Tiraram o nome da nossa praça. A praça era muito pequena, agora ninguém sabe seu nome. Bom, disseram-me agora que vão colocar o nome da sua prima. Eu soube disso, não sei se vai acontecer. Se for, justifica-se; se não, a Praça do Figueira, onde você correu de pé descalço por ali e eu passei por lá, porque morava bem vizinho...

Então nós poderíamos marcar essa data, com a aquiescência da nossa conterrânea, Presidente desta Comissão. O Mauro já fez o maior elogio: disse que você foi emprestada. Significa que você não vai poder ficar aqui, tem que voltar para lá, o coração tem que voltar para lá sempre.



Quero pedir licença para me retirar, porque estou com meu Secretário de Saúde, que está esperando para resolver um problema muito sério. Mas quero deixar um abraço para a Patrícia e dizer a nossa Presidente que a maneira como ela conduz os trabalhos é realmente equilibrada, com grande eficácia. E penso que esta Comissão vai produzir algo que vai ficar na história deste País. Isso é o importante.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado José Linhares, nós tiramos aqui um encaminhamento que me parece foi acordado, pelo silêncio dos Deputados e Deputadas, de que os autores dos requerimentos de audiência ou diligência pudessem sugerir as datas. Vamos concentrar as audiências e diligências no mesmo momento.

Já temos aqui a sugestão da Deputada Fátima, que sugeriu que fizéssemos a audiência no Rio Grande do Norte no dia 29; do Deputado Jean Wyllys, que precisa conversar com o Deputado Luiz Couto, para o dia 8 de junho. Enfim, montarmos um calendário e depois traçarmos inclusive um roteiro das idas que, penso eu, devem se relacionar com a sociedade civil.

E é importante incorporar o movimento LGBT. Temos dados de uma pesquisa feita em Fortaleza que apontam que um terço das pessoas submetidas à exploração sexual são meninos com orientação sexual homoafetiva. E também conversar com os Parlamentares.

A sugestão da Ministra é que possamos fazer diligências nos abrigos e, penso eu, nos pontos já detectados de exploração. Ir às delegacias de proteção, conversar com o Conselho Tutelar, com o Governo, nas estruturas de que dispuser — e varia muito de local a local. Que possamos conversar com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, e fazer as diligências necessárias.

Seria um roteiro a ser construído para as nossas idas aos locais. Já temos 15 locais que serão alvo de audiência pública/diligência, já aprovados por esta Comissão. Então, seguindo esse roteiro, a gente descobre quais são os pontos focais, quem são as pessoas que trabalham com a temática de enfrentamento da exploração sexual, para que nós possamos otimizar essas idas às Unidades da Federação.



E também penso que nós poderíamos estar trabalhando algumas coisas. Penso eu que a gente precisa trabalhar no aumento da legislação. Acho que se a legislação fosse implementada, inclusive o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós já teríamos a possibilidade de termos outro marco civilizatório, porque penso que exploração sexual de criança e adolescente e turismo sexual envolvendo criança e adolescente são absolutamente abomináveis, não correspondem ao nosso nível de consciência humana. Acho que precisaríamos regular melhor. E aí, pegando a sugestão da Secretária Carmen, as viagens rodoviárias, porque as viagens aéreas são mais controladas do que as viagens rodoviárias.

Segundo, precisamos responsabilizar de forma mais rigorosa os estabelecimentos comerciais, sejam postos de gasolina já detectados pela Polícia Rodoviária Federal, em vários locais, como centro ou espaço de exploração sexual, sejam hotéis, pousadas ou algo similar. É preciso recrudescer na responsabilização, até com a perda de alvará, se for o caso. Enfim, é preciso recrudescer, para que nós possamos desconstruir a rede que foi criada e que transforma nossas crianças e nossos adolescentes em mercadoria.

Para além disso, penso que o que já foi falado, e depois a Secretária Carmen poderá aprofundar mais, num plano que tem três eixos básicos, a prevenção, o atendimento e a responsabilização. Esses três eixos são absolutamente fundamentais. A prevenção, porque as crianças são, via de regra, empurradas por uma situação de pobreza econômica e de miséria humana muito intensas. E é preciso que haja a prevenção. É preciso que nós tenhamos a condição de romper a cadeia de vitimização dessas crianças e desses adolescentes. E a responsabilização, porque, se não há responsabilização, há uma tendência à naturalização. A impunidade alimenta a naturalização. Dá a impressão de que é absolutamente natural.

A exploração sexual de crianças e adolescentes enfeixa uma série de outras dominações: a dominação social, a exploração sexual, a desigualdade social, a desigualdade etária, a desigualdade étnica, via de regra, e também de gênero. Então, são desigualdades que se enfeixam e que se apresentam a partir da exploração sexual de crianças e adolescentes.



Portanto, penso que deveríamos trabalhar nessa perspectiva com esses três eixos.

Conversando com a Secretária Carmen, temos várias pesquisas que já foram desenvolvidas. O CNJ tem levantamentos acerca disso, inclusive dos procedimentos judiciais. Acho que seria importante chamarmos aqui também o CNJ, para que pudéssemos ver quais são esses mapeamentos.

Existem algumas instituições que estão fazendo, que têm levantamentos acerca da exploração sexual. Inclusive o Ministério do Turismo tem um levantamento acerca do turismo sexual, da exploração sexual. E precisamos colher esses dados, porque, ao que tudo indica, como me dizia a Secretária Carmen, houve uma diminuição no nível de exploração sexual nesse novo mapeamento da Região Nordeste e um recrudescimento no Pará, no Amapá.

Exige-se também diligências, penso eu, em todas as grandes obras. Precisamos ir nas grandes obras — Jirau, Santo Antônio, Belo Monte — e também nas Capitais que sediarão os jogos da Copa do Mundo e da Copa da Confederações.

Por quê? Porque o Estado tem que proteger nossas crianças. É preciso que haja uma proteção. Preparar o Brasil para a Copa, costume dizer, não é apenas dotá-lo de infraestrutura e também de bons estádios; é fazer com que nossas crianças e adolescentes sejam protegidos.

Então, é importante que nós possamos ir a várias das Capitais que sediarão a Copa, como Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro. Sediarão os jogos da Copa e já são objeto de diligência. É importante que nas idas a esses locais nós possamos também ver, constatar, contribuir e discutir para preparação e proteção às crianças e aos adolescentes nesses locais.

Vamos elaborar, então, esse calendário com esse roteiro, e aceitamos obviamente toda sorte de contribuições. É importante que V.Exa. possa dizer qual seria a melhor data para que nós estivéssemos lá em Fortaleza. É óbvio, em Fortaleza, nós teremos um privilégio imenso: nós vamos contar com a ajuda da Deputada Patrícia Saboya para organizar, inclusive, a ida da CPI lá. Mas é importante que nós possamos identificar quais são os pontos focais, quais são os



Parlamentares, quais são os órgãos da sociedade civil que nos ajudariam nesse processo.

Só, por fim, um outro dado que eu acho que é importante, que mereceria de nós uma discussão mais aprofundada — e vamos fazê-la. É sobre essa pesquisa de Fortaleza que aponta para um terço de meninos com orientação homoafetiva, mas também para dois terços da exploração sexual efetivadas por moradores locais. Isso significa que não estaria dentro da lógica do turismo sexual, que tem que ser combatido, obviamente. Mas são dados importantes; é preciso que a gente possa analisá-los e aprofundá-los e, a partir daí também, ir delimitando os passos desta CPI.

Vou passar para o Deputado Luiz Couto e depois para a Deputada Iracema, que quer fazer algumas perguntas ainda.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, só para confirmar com V.Exa. V.Exa. disse 8 de junho. Pode ser essa data para a Paraíba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu perguntaria à nobre Presidente se a Deputada Patrícia não podia nos sugerir qual é o melhor dia para a gente chegar lá. Ela poderia dizer qual um dia bom, excelente, quando nós poderíamos contar com maior número de pessoas, de pessoas que eu chamaria “envolvidas”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou solicitar à Deputada Patrícia que possa sugerir não apenas uma data, mas que possa sugerir também roteiros, pessoas, etc., as contribuições necessárias, bem como vamos fazer isso para todos os Parlamentares e para as pessoas que nós já identificamos enquanto defensoras dos direitos da criança e do adolescente, portanto, parte da rede de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Vou passar para a Deputada Iracema Portella, porque vai fazer algumas perguntas à Secretária Carmen; depois, passo para a Deputada Patrícia.

A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA - Secretária Carmen, como o Governo está-se preparando para prevenir e combater a exploração e o turismo sexual de crianças e adolescentes na Copa de 2014? Já existem ações em andamento ou sendo planejadas para incluir socialmente meninos e meninas em situação de vulnerabilidade na rede produtiva dos preparativos da Copa de 2014? Também há medidas para prevenir e combater esse problema?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, com as perguntas da Deputada Iracema Portella, nós vamos passar para a Deputada Patrícia, para que ela possa responder às questões, aos questionamentos e também comentar as considerações que aqui foram tecidas pelos Parlamentares e pelas Parlamentares; em seguida, nós passamos para a Secretária Carmen de Oliveira, para que nós possamos estabelecer os encaminhamentos necessários.

Com a palavra a Deputada Patrícia Saboya.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - Eu acho que muitas perguntas dos Deputados são semelhantes ao longo desta audiência. Acho que muitas perguntas têm a ver com a questão da legislação, têm a ver com a questão do resultado da CPMI e muito a ver também com a curiosidade que todos temos em relação à questão da impunidade e daquilo que foi mais difícil enfrentar na CPMI.

Eu queria saber se posso tomar a liberdade de, ao invés de responder uma a uma, tentar responder no geral, porque as perguntas, como são muito parecidas, têm muita coisa a ver. Eu ficaria assim mais à vontade.

Em relação ao resultado da CPMI, sobre o que a Relatora, Deputada Liliam, me pergunta, eu anotei aqui que, das 250 pessoas indiciadas e das 832 denúncias da CPMI, nós temos como resultado... Nós achamos, na ocasião, que ia ser muito complicado, porque vimos na oportunidade a dificuldade da parceria institucional. Nós fizemos isso. Foi o nosso primeiro passo fazer uma parceria com a sociedade civil organizada. E foi esse o nosso grande trunfo. Se não fosse essa parceria, nós não teríamos concluído essa CPMI e nós não teríamos sido capazes de encontrar tantas coisas e tantos documentos preciosos e importantes, que serviram de orientação.

E eu não posso deixar de me lembrar aqui da minha querida — e querida de todas nós — Neide Castanha, que foi um dos braços mais fortes, que se dedicou com o coração, com o corpo e a alma. Infelizmente não está mais entre nós, mas deixa, assim, saudade em tantos que tivemos nela um espelho, pela luta, pela coragem, pela força e pela determinação que a Neide sempre teve.

E portanto, nós achamos, então, que seria muito complicado enviar 800 casos para que esses casos pudessem ser investigados. Mas entregamos, como era de direito, o material, todo o relatório e fizemos questão de entregar esse relatório ao



Ministro da Justiça à época, Ministro Thomas Bastos. Fomos eu e a Deputada Maria do Rosário e os outros Deputados e Deputadas e Senadores e Senadoras da CPMI entregar apenas 80 casos dos mais graves levantados pela CPMI. Desses, 55 tiveram inquéritos e processos instaurados, mas, apenas em 18 deles, foi possível traçar um diagnóstico preciso dos seus desdobramentos até essa data, que foi 2007, não mais 2004. Porque, quando a CPMI concluiu seus trabalhos, nós constituímos uma Comissão, que continuou fazendo o acompanhamento tanto da questão da legislação, ou seja, acompanhando a votação passo a passo da nova legislação proposta pela CPMI, como também das sugestões que a CPMI apurou tanto do Parlamento, como da sociedade como um todo em relação às políticas que deveriam ser contempladas, que o País deveria, enfim, possuir para que nós pudéssemos minimizar esse grave problema ou tentar solucionar esse problema.

E eu não vou me esquecer, porque ficou muito forte — era meu primeiro mandato, como também da Deputada Maria do Rosário. Nós tínhamos dúvidas sobre se, no início do Governo do Presidente Lula, nós deveríamos propor uma CPMI, porque estaríamos enfrentando uma reforma tributária, uma reforma política, um novo Governo. E a CPMI talvez não tivesse atenção suficiente, porque o nosso objetivo era levantar o tema, era mostrar para o Brasil que existia esse crime e que, infelizmente, era um crime que acontecia e estava acontecendo no Brasil inteiro. Mas tínhamos dúvidas sobre se aquele era o momento, no início dos nossos mandatos e no início do Governo do Presidente Lula. Foi aí que eu e a Deputada Maria do Rosário nos surpreendemos quando o Presidente Lula — e a Carmen deve lembrar-se muito bem disto —, com a sensibilidade que lhe é tão peculiar e tão... enfim, de alguém que já viveu na pobreza e de alguém que sabe que essas coisas existem, sabem como elas acontecem... E ele disse assim numa entrevista, que uma das primeiras providências dele como Presidente seria erradicar a prostituição infantil. Não foi acabar ou diminuir a exploração sexual; foi erradicar a prostituição infantil. E aquilo deu uma alma nova a mim e à Deputada Maria do Rosário e a tantos outros que desejávamos que essa investigação acontecesse. E ali estava o empurrão de que nós precisávamos. O próprio Presidente da República disse: *“Eu vou acabar com isso”*.



Nós nos animamos, fizemos a CPMI e enfrentamos coisas que, por exemplo, eu, que milito há 30 anos, não sabia que existiam ainda. Coisas perversas, doídas, que vão ficar marcadas na nossa memória e no nosso coração para o resto da vida. Mas eu imaginei naquela época — nós imaginamos — que, se nós mandássemos apenas um número reduzido de casos, que nós chamamos de casos emblemáticos, nós poderíamos ter uma resposta mais imediata, e que esses casos emblemáticos serviriam como exemplo para todos os outros casos. E esses casos emblemáticos, que seriam julgados e seriam como um tesouro que nós encontramos para entregar naquela ocasião ao Ministério da Justiça, poderiam fazer com que os outros crimes também pudessem ser apurados.

A nossa decepção foi muito grande, porque o resultado disso tudo foi que, infelizmente, como aquilo ainda não era uma prioridade, não havia, a não ser por parte, é evidente, de algumas pessoas que tradicionalmente... ou que militam nessa área e que nos ajudaram, como a Carmen, ou, principalmente e sempre, do Ministério, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que foi nossa parceira em todos os momentos, em todas as ocasiões, enfim, mas não havia, por parte de alguns membros do Governo, a decisão e a determinação de apurar esses crimes. Portanto, o relatório final foi entregue ao Ministro Thomaz Bastos três vezes, porque se perdeu — três vezes. Foi entregue à Secretária Claudia, uma pessoa que naquela época também nos ajudou, foi uma grande parceira, Claudia Chagas, que nos ajudou muito também, mas que já não sabia o que nos dizer em relação à apuração desses casos.

Ao final, no universo desses 18 casos, com 29 acusados, somente 3 foram condenados. E em apenas 7 houve a adoção de medidas de proteção às vítimas.

Dois anos depois da CPMI, no dia 18 de maio — geralmente se faz uma mobilização em torno do 18 de maio, que é o dia de enfrentamento da violência sexual —, eu lembro que nós acordamos com a notícia de que dois dos três que tinham sido presos estavam soltos, tinham sido absolvidos na véspera do dia 18 de maio. Portanto, para mim, não havia o que comemorar, não havia o que falar, não havia o que conversar, não havia o que fazer naquela ocasião, pois esta foi a resposta que nós recebemos: a absolvição dos únicos dois que haviam sido condenados. Por isso que às vezes eu me pergunto: aumentar, diminuir a idade



penal dos adolescentes enquanto um estuprador ou é absolvido ou simplesmente nem sequer chega a ser processado. Infelizmente, é essa a realidade do nosso País.

Portanto, para mim, além evidentemente da legislação, da nova legislação, que foi muito importante... Para se ter uma ideia, era tão difícil trabalhar em alguns momentos da CPMI que, quando tivemos a denúncia de um Prefeito de Goiás Velho que estava sendo acusado naquela ocasião do estupro de sete meninas, a CPMI viajou, marcou uma audiência e, quando o avião foi pousar — dois aviões, porque muitos membros da CPI resolveram ir —, o Prefeito mandou interditar a pista de pouso. E nós tivemos, portanto, que pousar numa cidade vizinha em que a gestora, a Prefeita, era uma mulher. E pegamos um carro. E quando chegamos lá, o Prefeito mandou fechar o centro em que nós iríamos fazer a audiência pública. E foi o padre da cidade que mandou abrir a catedral, e foi a audiência pública mais lotada, que contou com mais pessoas. Ou seja, a sociedade queria que ele fosse punido.

Mas sabe por que o Prefeito escapou? Por causa do Código Penal brasileiro, que foi feito há 40 anos e dizia o seguinte: se alguém, uma mulher for vítima de estupro, a pessoa que a estuprou, a violentou não seria processada caso a vítima se casasse. O que o Prefeito fez? Casou em 10 minutos as sete meninas, porque elas eram todas pobres, não tinham família. E ele arrumou sete rapazes para se casar com as sete meninas, e elas foram casadas, e ele não foi punido, porque o Código Penal brasileiro dizia que a mulher, ao se casar, tem sua honra lavada. Portanto, se ela se casar, e não necessariamente com quem a violentou, com qualquer outro homem, está resolvido o caso, porque afinal de contas ela está casada. Isso acabou. Foi um avanço? Claro! Extraordinário avanço, porque hoje nós sabemos que ninguém vai mais escapar se cometer um crime dessa natureza e usar o artifício do Código Penal.

Mas, quando eu vejo uma decisão como essa do STJ, eu fico pensando que quem violenta e estupra deve pensar: *“Que maravilha! Este que é o País dos meus sonhos! Meu Deus! Uma menina de 12 anos, você pode chegar lá, fazer sexo com ela, e simplesmente ninguém é punido”*. O cliente não é punido, ninguém é punido. Só são punidas as crianças, porque elas vão ficar estigmatizadas e marcadas para o resto da vida delas. Elas conseguiram ter coragem de denunciar! Imaginem o que é



uma menina de 10, 11 anos ter coragem de denunciar que um adulto, muito maior do que ela, muito mais rico, muito mais poderoso, muito maior no tamanho, a violentou. E ela tem coragem de dizer! Aí chega um Ministro do Supremo e diz: *“Mas ela não era mais virgem. Ela já se prostituía.”* Por isso que eu fico até pensando assim... Porque eu não tenho ouvido isso só do Supremo; eu tenho visto, Senador Mauro, isso de tanta gente...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só uma correção...

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - Pois não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não foi do Supremo Tribunal.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - Foi, desculpa, do STE.

(Não identificada) - Do STE. Do STJ.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Foi do STJ.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - Do STJ! Desculpa, do STJ.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputada, só para ter uma informação: aquele Prefeito de Goiás foi assassinado. Agora ele está prestando contas daquilo lá.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - O Prefeito de Goiás — está dizendo aqui Luiz Couto — foi assinado, como o Prefeito de Milagres, do Ceará, que levou um tiro de um dos garotos que foi estuprado por ele — agora.

Enfim, eu fico pensando que isso é um retrocesso tão grande que eu não sei nem como fazer ou o que sugerir para vocês sobre o que possam fazer, a não ser ir, frente a frente, conversar com esses homens e mulheres para entender o que está na cabeça de um legislador que hoje ainda é capaz de tomar uma decisão como essa. Isso só fortalece a impunidade, que é justamente o contrário daquilo que a gente tem dito aqui. Vai fortalecer. E, como eu dizia, eu tenho ouvido isso de pessoas consideradas do bem. Eu tenho ouvido muito essa coisa da virgindade, de meninas que seduzem os homens, de meninos que vendem os seus corpos porque querem, de crianças... Mas há uma coisa que eu estou sentindo muito ruim, como se fosse algo de retrocesso, como se a gente estivesse voltando no passado, que coisas como a virgindade agora começam a ser justificativa...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não é impressão.



A SRA. PATRÍCIA SABOYA - Não é impressão, não, não é, Jean? Eu tenho ouvido, mas está sendo tão chocante para mim, porque pessoas assim que eu já escutei falando sobre outras coisas, de quem eu já escutei depoimentos interessantes sobre outras coisas, falando aberrações tão terríveis, tão horripilantes que parece que não são capazes de sair da boca daquelas pessoas que eu conheço.

Por isso que eu digo que é um momento delicado o desta CPI. Porque ela vai poder... Eu acho que o nosso problema não é muito mais legislação. Alguma coisa vocês podem apurar e, provavelmente, vão, talvez, querer mudar alguma coisa no Estatuto, ou no Código Penal, ou no Código de Processo Penal, ou criar uma nova lei. Mas, no meu ponto de vista, esse não é o problema do nosso País. O problema é porque a gente não enxerga esses meninos e essas meninas. E o problema é porque a gente não pune aqueles que deveriam ser punidos. E por isso o crime vai se reproduzindo, Por que aumentou o número de pontos nas rodovias do nosso País?

E a Polícia Rodoviária Federal — justiça se faça — foi a nossa maior parceira. Maior parceira! Do Governo, acho que foi a maior, não foi Carmen? Fazia todos os pontos de tráfico, onde tinha, onde não tinha. Fez campanha para esclarecer caminhoneiro. Eu quantas vezes fui para programa de caminhoneiro pedir para eles, pelo amor de Deus, porque eles tinham filha também, filho em casa, que eles pensassem nisso, quando parassem o caminhão num posto, numa rodovia, num posto de gasolina.

Portanto, eu acho que o nosso problema não é legislação. Isso é o meu ponto de vista. Eu acho que esta CPI tem uma tarefa muito maior do que isso. É uma tarefa de colocar a lei para funcionar. Aqui já foi feito um trabalho importante. Agora, é preciso cobrar dos outros parceiros o que nós vamos fazer, o que nós vamos fazer com essas meninas e com esses meninos, que têm os sonhos que todos os outros meninos e meninas do mundo inteiro, independente da classe social a que eles pertençam, têm. O sonho do consumismo, a transgressão, que é natural. Todos têm a curiosidade de querer abraçar o mundo com as mãos, com as pernas, com os braços, com o corpo, com tudo. Tudo isso é natural e não vai parar. Nós é que temos que estar preparados para saber como lidar com esses desejos e como lidar



com esses sonhos, que são os sonhos de todos. Todos que são comuns e normais sonham com as mesmas coisas. Por que um menino que mora numa favela do Rio de Janeiro ou num bairro pobre da minha cidade, Fortaleza, não vai querer o que o menino que mora na Aldeota, que é um bairro chique da minha cidade, ou, aqui, que mora no Lago Sul, não vai querer? Quer! Quer, também! Nós vivemos num mundo globalizado. Todo o mundo tem conhecimento de tudo, todo o mundo tem os mesmos desejos, todo o mundo tem os mesmos sonhos.

Então, eu acho que as nossas principais lacunas dizem respeito muito mais a impunidade. A Polícia Federal, na época, foi um problema — infelizmente. Não estava preparada para atuar. Nós, inclusive, o Brasil, na ocasião, se prejudicou, porque não pôde fazer parte de uma investigação internacional que estava acontecendo, porque não tinha as informações necessárias. E, quando nós chamamos, fomos à Polícia Federal e pedimos algum caso de exploração sexual, de pedofilia na Internet, ficamos chocados com dois ou três carrinhos que chegaram só de documentos de pedofilia que acontecem aqui, e nenhum caso punido. Eu perguntei: por quê? Porque a Polícia Federal não tem estrutura e não tem um serviço de inteligência capaz, por exemplo, de quebrar o sigilo telemático desses provedores que portam a pedofilia. Eu lembro que foi no Carnaval, eu, a Deputada Maria do Rosário, o Senador Mercadante e, se não me engano, mais um Senador da CPMI quebramos o sigilo telemático para que a Polícia Federal pudesse investigar esses casos. E mesmo assim, como a Polícia não estava preparada, não pôde participar dessa grande operação. Eu espero que hoje esteja melhor. E eu acho que está. Eu acho que a Polícia hoje já tem mais compreensão, já conta com um serviço de inteligência que é capaz de rastrear e que é capaz de encontrar esses criminosos.

Eu acredito, sim, Senador Mauro Benevides, que há uma falha nos operadores do Direito, na aplicação da lei. Acho que isso é fundamental. Se os nossos operadores não forem capazes de cobrar a apuração desses casos e de aplicar a lei que já existe, nós vamos continuar fazendo CPI todo ano. Nós vamos continuar investigando exatamente as mesmas coisas. Por isso que eu lhe digo que eu não acho que o problema é da lei, que é o aperfeiçoamento da lei. O que falta é uma rede de responsabilização, uma rede consistente de responsabilização. Porque,



como lembrou bem o Deputado Luiz Couto, nós estamos hoje trabalhando não é mais com cafetão, com cafetina, mas com redes, redes muito bem aparelhadas, internacionais e fáceis de se construírem e, ao mesmo tempo, facilímas de serem desconstituídas, portanto, difíceis também de serem pegas. Então, se nós tivermos um sistema forte que responsabilize esses criminosos, um sistema de operação que seja capaz de equipar as cidades com todo um sistema jurídico, como eu disse, de delegacias especializadas, de fóruns especializados, de Ministério Público, de Defensoria Pública, também os casos ficarão sem ser investigados.

Os Conselhos Tutelares — e já eram uma mão que veio nos ajudar — são tão mal-aparelhados, são tão mal-preparados muitas vezes que acontece que ou atrapalham ou não conseguem fazer, cumprir a sua tarefa de forma alguma.

Portanto, por isso é preciso uma nova legislação. Eu concordo. Eu acho que a Carmen vai falar um pouco mais sobre aquela questão dos Conselhos Tutelares.

A Deputada perguntou: *“Por que é que não se cumpre a lei?”* Ou então: *“Se a lei existe, por que é que os casos não diminuem?”* Eu não sei explicar. Eu queria até essa explicação. Acho que é muito por isso que a gente está aqui hoje, porque eu também não entendo você ter uma lei, todo o mundo ter o sentimento da importância de se cuidar das crianças, e a lei não ser cumprida e os casos aumentarem. Também não entendo por que está aumentando a renda, e está aumentando o número de pontos de exploração sexual. Tem muitas coisas que eu também não consigo entender, tem muitas coisas que eu não consigo explicar.

Mas eu sei que muito disso, que muito do que a gente está colhendo hoje é fruto ainda dessa impunidade que acontece em nosso País, que facilita essas redes, que expõe essas meninas, que castiga essas famílias e que faz com a gente esteja aqui hoje discutindo esse tema já tão sofrido, já tão doído, que machuca tanto nosso coração, enfim, a nossa alma.

Eu falava agora há pouco com a Deputada Liliam e com a Deputada Erika de uma visita, por exemplo, ao STJ, que me disse que já foi aprovada, inclusive. Acho que é muito importante, logo, essa visita.

E continuo afirmando: é uma oportunidade de a CPI apresentar as políticas que devem ser concretizadas para afastar definitivamente essas crianças dessa situação, que não podem ser políticas, infelizmente... Política social muitas vezes



pensa assim, não é?: “É pobre? Então faz uma escolinha ali ou então faz uma crechezinha, porque é pobre”. Então, política pobre para os pobres. Basta disso, não é? Basta.

E a CPI pode gritar porque tem autoridade para gritar e falar sobre isso. Basta de impunidade, basta de política pobre para pobre. E vamos ser ousados, vamos ser ousados e lutar por aquilo que a gente acredita.

Eu agradeço mais uma vez por essa oportunidade. Eu não sei se respondi a todos ou se ficou alguma coisa. Eu peço desculpas e me coloco à disposição para responder. Quero poder ajudar naquilo que for possível, lá no meu Estado, para que a gente possa levar esta CPI para lá e, quem sabe, sugerir que vocês vejam de perto uma realidade de um Estado tão próspero, tão belo, tão lindo, mas que, infelizmente, ainda tem também essas mazelas. E desejar de todo o coração muita sorte para vocês, muita força e determinação, porque eu sei que essas mulheres e esses homens têm, ainda mais na liderança da Erika, que é uma mulher que eu admiro por tudo, por ser quem você é, por ser a mulher que você é.

Parabéns a todos vocês. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Patrícia.

Eu penso — muito rapidamente —, que nós precisamos estabelecer algumas diretrizes na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Acho que a gente poderia trabalhar com essa perspectiva, com essa questão do Orçamento.

Primeiro, nós temos locais onde há um número grande de exploração sexual, de casos de exploração sexual, como o Estado do Pará, por exemplo. Nós tivemos oportunidade de ir ao Estado do Pará para fazer uma diligência acerca das meninas que tinham sido estupradas dentro de um presídio. Ali não tem um plano de enfrentamento à exploração sexual de criança e adolescente.

Então, como é que nós podemos estabelecer mecanismos para que os Estados se sintam compelidos a criar os seus planos intersetoriais, enfim, os planos de enfrentamento? Ao mesmo tempo, como é que nós podemos assegurar na Lei de Diretrizes Orçamentárias os recursos necessários para que possamos colocar esses planos em movimento ou em marcha e que eles possam existir? Ou seja, que



tenhamos o plano e que o plano possa existir, porque precisamos criar os instrumentos para que haja esse nível de enfrentamento.

Uma das coisas que podemos fazer — penso mais imediatamente — é pegar esse balanço que já foi falado pela Deputada Patrícia acerca da impunidade e começarmos a fazer isso.

Nós já solicitamos a reunião no STJ acerca da sentença que revitimizou as meninas de 12 anos vítimas de estupro, e ainda não tivemos resposta. Vamos, então, insistir para que possamos fazer essa reunião. Mas vamos chamar o CNJ para que possamos também fazer essa discussão aqui.

No mais, penso que é um processo de desinfantilização. E esse processo de desinfantilização é um processo de desumanização simbólica. Por isso, essas meninas são desprovidas da sua condição de criança, não são vistas assim.

Eu já falei isso, vou só repetir, que uma das experiências que vimos em Santo Antônio, Estado de Rondônia, foi o fato de uma ONG, que faz um trabalho muito sério, sensibilizar os operários. Entretanto, é muito difícil que aqueles operários vejam aquelas meninas como as suas filhas. Existe um processo de estranhamento, de apartação, de olhar com outros olhos. Ou seja, você desumaniza, aparta, separa e você não tem a possibilidade de ter o exercício humano da solidariedade, de se colocar no lugar de outro e colocar o outro no lugar de alguém que você ama. Então, são princípios solidários que estão sendo quebrados.

Penso que, para além do crescimento econômico, da inclusão social, é preciso a construção de valores solidários, senão nós não vamos ter sociedade, ou ruas ou noite para vivenciarmos. Nós vamos ser engolidos pelo medo das noites, da vida, do outro, do próximo e vamos desumanizar o conjunto das pessoas. O mesmo processo que desumaniza o morador de rua desumaniza as crianças, desumaniza as mulheres. É o processo simbólico de desumanização que vai fazendo com que tenhamos uma sociedade de pessoas que não exercem a condição humana na sua integralidade.

Portanto, são desafios que estão dados para esta CPI que vai beber, e tem feito isso, está sorvendo a experiência da Deputada Patrícia, na perspectiva de que possamos dar prosseguimento a esse trabalho, e não de fazermos um retrabalho, mas de partirmos de onde a CPI, que foi tão importante...



Sabe, Deputada Patrícia, eu era Deputada Distrital nessa época e lembro que uma das coisas mais imediatas, mais prontas, mais nítidas de conquista da própria CPI foi dar visibilidade ao tema. Dar visibilidade, colocar as pessoas numa posição de inquietação acerca da exploração sexual.

Acho que a CPI fez uma história, ela é um marco. A partir da CPI Mista, com tudo o que ela trouxe, com todas as atrocidades que ela desnudou, que ela colocou a público, meninas, como já foi falado, que se submetem à exploração sexual em troca de um pacote de biscoito ou de um banho em chuveiro, tudo isso fez com que as pessoas pudessem se movimentar, se sensibilizar. Trouxe à tona, portanto, esse processo de desumanização que está em curso e a responsabilidade dos diversos Poderes da República.

Vou passar a palavra para a Deputada — é a segunda vez que lhe chamo de Deputada, isso pode ser uma premonição —, para a Secretária Carmen de Oliveira.

Peço ao Deputado Jean Wyllys que assuma a Presidência por alguns minutos.

Passo a palavra para a Secretária Carmen de Oliveira.

A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Primeiro, quero reiterar o que a Ministra Maria do Rosário já tinha colocado aqui no momento anterior, que é a disponibilidade da Secretaria de Direitos Humanos e, penso eu, de vários outros Ministérios estarem à disposição da CPI para poder auxiliar tanto nas informações dos programas do Governo Federal quanto nas lacunas que temos e do que precisamos do Congresso Nacional em apoio a esses programas.

Trago aqui, por exemplo, a necessidade de a gente atualizar as informações de 2007 para cá ou até de 2003 para cá, no que diz respeito aos avanços da Polícia Federal na investigação dos crimes cibernéticos.

Hoje, inclusive, o Brasil é uma referência internacional na área, compõe uma rede internacional de cooperação das polícias, puxado pela polícia canadense, que foi onde se desenvolveu o melhor *know-how* no enfrentamento desse tema.

Nós temos, por outro lado, alguns avanços de programas do Governo Federal que hoje nos apontam demandas novas, a exemplo da Polícia Rodoviária Federal.

Nós tivemos, hoje pela manhã, uma conversa com a Polícia Rodoviária Federal em preparação para o lançamento do novo mapeamento. Eles nos alertam



que, à medida que a Polícia Rodoviária Federal é mais efetiva no policiamento das estradas, inclusive do ponto de vista da repressão, há migração de pontos para as rodovias estaduais. Aqueles caminhoneiros deixam de ficar naqueles postos de gasolina que são rastreados pela Polícia Rodoviária Federal e vão para a rodovia estadual.

Então, há a necessidade de que a gente possa fazer uma parceria entre as Polícias Rodoviárias Federal e Estaduais para que, com a mesma metodologia e, talvez, com a mesma sistemática, a gente avance.

Outro exemplo: o Ministério do Turismo fez uma aproximação muito forte com todo o *trade* do turismo, em especial com a rede hoteleira. Nós temos, inclusive, algumas entidades da sociedade civil, como WCF, que têm parceria estreita, vou nomear aqui, com a rede Accor no Brasil.

A rede Accor nos aponta um dado de que, por fazer um cerco maior em obediência a todos os procedimentos que o estatuto já coloca de documentação daquela criança e adolescente que chega desacompanhado dos pais, há adultos que migram da rede Accor para uma rede hoteleira em que esse procedimento é mais frouxo. E aí eles acabam sendo penalizados de perder no negócio, exatamente em observância à lei.

Acho que é prudente, é pertinente essa necessidade de a gente responsabilizar mais os estabelecimentos, ou seja, o posto de gasolina, o bar. Hoje, o turista estrangeiro está chegando via *flats* e não mais pela rede hoteleira. Então, como vamos fazer a vigilância do negócio de *flats*, do negócio imobiliário de locação de *flats*?

Do ponto de vista da Secretaria de Direitos Humanos, nós estamos fazendo um esforço muito grande com outras áreas do Governo Federal para a melhoria da notificação. É a notificação que vai nos fazer chegar à criança e ao adolescente vítima da violência e também, mais tarde, chegar ao autor dessa violência, da devida responsabilização. E isso começa, sem sombra de dúvida, com a melhoria das condições do trabalho do Conselheiro Tutelar.

O que a Polícia Rodoviária Federal nos diz? Que aciona o Conselho Tutelar, precisa do Conselho Tutelar, mas o Conselho Tutelar não tem um celular para ser localizado na madrugada. Ou o Conselho Tutelar precisa de uma rede de



atendimento, de um abrigo para colocar essa criança que foi retirada da estrada, e aquela cidade não tem abrigo. Então, é preciso dar condições para esse conselheiro tutelar, e isso passa, do nosso ponto de vista, também pelo aperfeiçoamento legislativo, como já pontuou a Ministra Maria do Rosário.

Nesse sentido, antecipo que o CONANDA aprovou um anteprojeto de lei de conselhos tutelares que não é corporativo, que não trata apenas de assegurar direitos sociais e trabalhistas aos conselheiros tutelares, mas que melhora uma série de procedimentos, especialmente o processo de escolha, com a exigência de prova, com a exigência de uma formação básica inicial, enfim, com vários regramentos novos. E o Executivo prepara o envio desse documento ao Congresso Nacional. A gente gostaria que vocês tivessem um carinho, um acolhimento muito especial desse anteprojeto de lei.

Entendemos também como um aperfeiçoamento legislativo a necessidade de novos procedimentos para o exame médico pericial. Não é possível que hoje uma criança ou um adolescente tenha que ir ao IML para que se antecipe essa prova, para que se resguarde o testemunho dessa criança. Inclusive, temos tramitando nesta Casa um PL do chamado depoimento sem dano, ou seja, um procedimento de inquirição especial que não revitimiza essa criança, porque tem que dar o seu depoimento na delegacia, no Ministério Público, no juizado, no Conselho Tutelar. Ou seja, agrava o seu sofrimento nesse percurso que é quase um calvário. Nós entendemos que temos, sim, lacunas na lei ainda. Não é só um “cumpra-se a lei” existente. Temos lacunas.

No que diz respeito à Copa do Mundo, acho que o nosso grande desafio — e estamos trabalhando com esse nome — é uma agenda de convergência. Nós temos agendas de ONGs, agendas governamentais, de organismos internacionais, mas isso não converge. Então, hoje o gestor municipal da capital está um pouco confuso, porque chega a UNICEF, chega a OIT, chega o Governo Federal... Então, nós fizemos já uma mesa de diálogos com esses vários atores para construir essa agenda de convergência. E essa agenda de convergência é também nas três linhas: trabalhar a prevenção, onde nos preocupa sobremaneira que a Lei da Copa aprova as férias escolares. Ou seja, vamos ter crianças e adolescentes fora da escola, sem um acompanhamento alternativo a isso, e a experiência africana demonstrou que



isso se constitui num ambiente de grande vulnerabilidade; e passa também pela repressão. Nós temos hoje uma Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos no Ministério da Justiça que sugeriria que a CPI também chamasse este órgão, porque eles já estão mapeando pontos de crime organizado e também de crime organizado na exploração sexual, para que haja um combate, um desmantelamento desses pontos; e melhorando a rede de atendimento. Hoje, a rede de atendimento tem fragilidades, como, por exemplo, na saúde. Você identifica uma criança em violência sexual e você não tem na rede de saúde ambulatorial ou hospitalar condições de prestar esse atendimento. Então, nós estamos constituindo com o MEC uma parceria para os hospitais universitários; hospitais universitários que possam dar esse atendimento especializado, que orientem a rede básica de saúde, que sirvam como uma referência na formação. Ou seja, nos colocamos à disposição, não apenas a Secretaria, mas todos os outros Ministérios que estão trabalhando, para que a gente possa atualizar e incidir nos rumos do trabalho da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Secretária, só para completar a sua resposta, vou estender um pouco o questionamento. Considerando o corte étnico que vulnerabiliza ainda mais crianças e adolescentes negras, pobres, há um diálogo estabelecido já com a SEPPIR, a Secretaria da Igualdade Racial? E eu também estendo a pergunta: há um diálogo com a Secretaria Especial de Combate à Pobreza, da Ministra Tereza Campello, e a Secretaria de Direitos Humanos? Vocês já sentaram para tratar desse tema, juntos, e pensaram políticas públicas conjuntas e ações?

A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Não apenas no âmbito da Copa do Mundo. Nós estamos desenhando um grande plano nacional de proteção a crianças e adolescentes contra a violência que envolve hoje 500 Municípios prioritários, onde temos a Copa do Mundo. Mas temos também hoje uma grande preocupação com as regiões de fronteira no Brasil, especialmente por conta do tráfico de pessoas, tráfico de drogas, tráfico de armas, ou seja, um ambiente muito explosivo e muito desprotegido tanto da rede de atendimento quanto da rede policial. Então, esse grande plano de proteção ainda não foi apresentado à Presidenta Dilma. Ele está rumo a essa apresentação para que possa ser brevemente lançado.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Carmen, eu colocaria também os portos aí, não só as fronteiras mas também os portos. É uma das questões que nós também estamos investigando, e, no caso do Amazonas, a questão do esporte e da pesca. Estão vindo para cá turistas para explorar sexualmente as nossas crianças e adolescentes.

Eu gostaria só de ilustrar e fazer aqui um desabafo, porque, no Rio de Janeiro, quando nós fizemos a CPI e descobrimos crianças vendendo o corpo a 1,99, com caminhoneiros envolvidos, nós acabamos com um ponto de prostituição infantojuvenil dentro do CEASA, e no CEAGESP, em São Paulo, também tinha. Então, eles estavam fazendo aquela conexão, não é? Nós pegamos um ônibus e colocamos vários adolescentes e crianças que estavam ali. Mas para onde levar? Como tratar? O que fazer? Nós não temos casas de acolhida a crianças vítimas de abuso sexual, de crianças que foram abusadas sexualmente. Às vezes, a criança tem que voltar até...

A SRA. SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Fortaleza tem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, Fortaleza tem. É a única. Eu ia até citar isso. É o único lugar que tem. Fiz até um projeto no Rio de Janeiro, quando ainda era Vereadora. Vim aqui no Ministério da Saúde. Nós pedimos que fossem disponibilizadas verbas para que nós pudéssemos fazer isso junto com a Secretaria de Educação, e até hoje nada.

Então, como tratar esse jovem, essa menina que está na prostituição? Para onde vamos levar essa menina? Para o abrigo? Ela vai ser bem tratada? Essa também é uma questão que o Ministério de Direitos Humanos pode reavaliar também. Porque essa criança volta, essa menina volta, os pais vão continuar explorando, e para onde ela vai? Vamos ressocializar esse jovem como? Ele vai para a escola, vai ser chacota, vai ser vítima de *bullying*, vai passar por discriminação. E a cabeça, como fica? Então, aí fica tudo entulhado.

E eu me senti muito assim numa hora... Eu até descobri uma menina que também tinha desaparecido, que estava em outro Estado. Eu consegui reconhecê-la nas ruas, comecei a ligar e não tinha ninguém, num sábado, para atender. Não tinha um serviço 24 horas. Isso também tem que ser visto por todo o Estado, por todo o Brasil. Quem ia recolher? Aí aconteceu um caso inusitado: veio uma patrulhinha —



vocês acreditam? —, eu fui atrás da patrulhinha, parei a patrulhinha e falei: *“Olha, essa menina aqui, eu a reconheci, é uma menina que está desaparecida, tem os olhinhos verdes e tal. Ela está ali. Vamos atrás dela, vamos pegar a menina.”* Porque eu também não podia pegar a menina. Tem isso. A gente não pode pegar, segurar. Eu ia apanhar ali na praia. Iam dizer que eu estava tentando — não é? — machucar essa criança. E aí o que aconteceu com a patrulhinha? A patrulhinha parou. Nisso, veio uma mulher correndo e dizendo: *“Meu marido foi assaltado!”* Eu acho que já era da rede mesmo ali. Eles viram que eu estava ligando, telefonando. A polícia falou assim: *“Dá licença que eu tenho de correr atrás do cara.”* A prioridade era o assalto, e me deixou ali assim. Nisso a menina foi embora, a mulher também foi embora. Não tinha assalto nenhum. Então, nós passamos por isso também, não é?

Então, para onde levar essas crianças? Nós vamos tratar aqui. Vamos acabar com a rede? Vamos. Vamos trabalhar nesse sentido, mas onde? Vamos tratar dessas meninas como e onde? Vocês têm algum projeto para isso?

A. SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Então, nós entendemos que a experiência de Fortaleza em constituir um serviço de acolhimento institucional e específico para casos de violência sexual, e isto envolve tanto o abuso quanto a exploração sexual, ou, às vezes, até mesmo a homofobia, é um espaço que, de início, a gente imaginou que era segregador, que ele poderia estigmatizar. No entanto, esse adolescente, por exemplo, que está em exploração sexual, e ele chega num abrigo convencional, ele também é estigmatizado. E entendemos que, muitas vezes, ele é estigmatizado pelas próprias equipes, pelos próprios cuidadores. Então, se você tem uma equipe de cuidadores que já é trabalhada numa metodologia diferente, com uma concepção diferente, os resultados são melhores. E não se trabalha nem no sentido de que vai curar, mas de entender a dinâmica específica que está colocada, especialmente na exploração sexual, que não é só uma questão de renda. A gente sabe disso.

As meninas, os meninos têm nos dito: há uma busca de reconhecimento também na exploração sexual. Essa menina se sente empoderada porque ela vai entrar num restaurante que ela nunca entraria, que ela vai fazer uma viagem que ela nunca faria.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - E vai ganhar presentes que nunca ganhou.

A. SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - E que nunca ganhou um presente. A gente escutou meninas no Nordeste dizerem: *“Ele me dá flor.”*

A SRA. PATRÍCIA SABOYA - É o meu namorado!

A. SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - É o meu namorado! Então, essa dinâmica precisa ser entendida por todos nós, porque isso não vai se resolver com uma bolsa, um auxílio financeiro pura e simplesmente. Mas nós temos algumas experiências muito bem-sucedidas, e é preciso que elas ganhem escala, como a experiência do Vira a Vida, do SESI, que hoje já está — nem sei dizer quantas — em muitas capitais, porque a cada rodada eles também aumentam o seu processo de implantação.

Então, eu diria que trabalhar na profissionalização e nesse acolhimento inicial para abrir oportunidades é um desafio que nós temos hoje na rede de atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós não temos mais nenhum assunto a tratar neste momento, nem mais um Parlamentar ou uma Parlamentar que queira se inscrever.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer muito à nossa Deputada Patrícia Saboya, contar com a sua colaboração para nos ajudar a organizar a diligência a ser feita na cidade de Fortaleza e também contar com a Secretária Especial de Direitos Humanos, particularmente a Secretária de Proteção à Criança e ao Adolescente, com a perspectiva de nos acompanhar também, porque potencializa e nos ajuda nesse processo.

Estaremos também apresentando alguns requerimentos na próxima reunião para que possamos visitar o Ministério Público do Estado de São Paulo e fazer as diligências necessárias acerca das investigações que apontam exploração sexual e possível tráfico de seres humanos, de travestis, naquele Estado, e também fazer audiência para discutir o mapeamento. Acho que esse mapeamento que será oferecido à sociedade no próximo dia 18 pela Polícia Rodoviária Federal precisa ser discutido por esta CPI, para que nós possamos ver quais foram as evoluções e as regressões nesse processo, para que possamos ter elementos para continuar a discussão. Penso também que o CNJ é muito importante que esteja aqui.



Precisamos do levantamento. E esse levantamento me surpreendeu, mas enfim, os números são muito piores do que nós imaginávamos, do que particularmente eu imaginava, ainda que tivesse a plena consciência do nível de impunidade que versa a exploração sexual de crianças e adolescentes nessa desinfantilização, desumanização que acometem essas crianças e adolescentes.

Nós vamos também apresentar na próxima reunião um calendário, a partir das sugestões aqui indicadas, para que possamos realizar as visitas aos Estados, com audiências públicas, seguindo aquele roteiro já apresentado aqui, em princípio apresentado aqui, para essas visitas.

Gostaria de agradecer imensamente a presença da Deputada e Ministra Maria do Rosário, que esteve aqui conosco; agradecer muito a presença da Secretária Carmen de Oliveira. E, mais uma vez, agradecer a disponibilidade e as contribuições que foram aqui efetivadas a partir da participação da nossa Deputada Patrícia Saboya, e parabenizá-la pela atuação, pela indignação, pela consciência e pela disposição que tem de enfrentar algo que foi muito naturalizado e invisibilizado neste nosso País tão marcado pelas histórias de casas grandes e senzalas, editadas e reeditadas literal e metaforicamente.

Agradeço, portanto, a presença da Deputada Patrícia Saboya e de todos os Parlamentares que aqui estiveram, da Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI, e particularmente da Deputada Iracema Portella, porque, graças a um requerimento de sua autoria, tivemos a oportunidade de fazer essa discussão na tarde de hoje.

Com estas palavras, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.